

HISTÓRICAS

**86 ANOS DO
ASSASSINATO
DE TROTSKY
POR STALIN**

| + pág / 15

PARTIDO

**PPRI REALIZA
BALANÇO SOBRE
A RUPTURA
COM O POR**

| + pág / 10

INTERNACIONAL

EDITORIAL + pág / 16 a 17

*Contrarrevolução burguesa afunda as massas nas guerras,
no autoritarismo fascitizante, no genocídio e na barbárie social*

**A CLASSE OPERÁRIA DEVE RETOMAR SEU
PROGRAMA E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIAS**

VOTAR NO “MAL MENOR” É EXPRESSÃO DAS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS AJUSTADAS À POLARIZAÇÃO ELEITORAL BURGUESA NA QUAL FICAM ENCURRALADAS AS MASSAS PELA AUSÊNCIA DE SUA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA

EDITORIAL pág / 2

OPERÁRIAS

+ pág / 11

iFood introduziu *nova “função”*

**As empresas de aplicativos
aumentam a exploração e
precarização dos trabalhadores**

SINDICAL

+ pág / 13

Burocracia do **SINPEEM**

**abortou a unidade para a luta,
mas impulsiona uma frente
eleitoreira para reeleger Lula**

NACIONAL

**ELEIÇÕES
2026**

**O PAPEL DAS
IGREJAS NAS
ELEIÇÕES**

| + pág / 6 a 7

INTERNACIONAL

+ pág / 20 a 21

Encruzilhada cubana - **Parte II**

**A PROGRESSIVA RESTAURAÇÃO
CAPITALISTA FIRMA SUAS
RAÍZES NA BUROCRATIZAÇÃO
DO CASTRISMO**

INTERNACIONAL

+ pág / 18 a 19

**OFENSIVA ESTADUNIDENSE-SAUDITA CONTRA MILÍCIAS
PRÓ-IRANIANAS NO IRAQUE TRANSFORMA A GUERRA
CONTRA O IRÃ EM UMA GUERRA INTERNACIONALIZADA
A TODO ORIENTE MÉDIO**

IRÃ / Pela derrota do imperialismo! Direito do Irã à bomba atômica

UCRÂNIA / Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

AS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS DAS MASSAS CONTINUAM VIGENTES

Votar no “mal menor” é uma expressão dessas ilusões ajustadas à polarização eleitoral burguesa na qual ficam encurraladas pela ausência de sua direção e da política revolucionárias

O cenário das eleições presidenciais no Brasil para o ano de 2026 permanece em grande medida incerto. As pesquisas continuam apontando uma tendência de vitória de Lula e, sobretudo, das massas em votar no “mal menor”, decidir seu voto por considerações mais imediatas de suas condições de vida ou suas simpatias políticas difusas. Recentemente, institutos como Datafolha, Quest e BTG/Nexus seguem apontando que os principais nomes na disputa ao Planalto acumulam índices de rejeição superiores a 49%, refletindo a insatisfação do eleitorado em não encontrar, fora dos candidatos cotados, outros que possam representar seus reais interesses ou possam sair vitoriosos contra Lula ou Bolsonaro. Os dados demonstram, especialmente, que a polarização empurra o eleitor para a lógica da “repulsa” ao adversário, em vez da adesão às propostas que estes apresentam. Nos fatos, não existem diferenças substanciais quanto ao programa de fundo de submissão aos ditames da burguesia e do imperialismo, embora sim quanto aos métodos para o fazer. Parte dos fatores que alimentam a polarização e a desconfiança se encontram ainda no retrocesso dos indicadores econômicos (rebaixamento das condições de vida) enfren-

tado pelo conjunto dos explorados e demais trabalhadores que percebem as dificuldades financeiras corroendo suas vidas, a carestia do custo de vida impulsionada pela inflação acelera o endividamento das famílias, alimentando o ceticismo com a atual gestão de Lula/Alckmin em modificar o rumo de destruição de direitos, salários e empregos estáveis. Um outro fator que tem influenciado a polarização é a repetição, por parte dos candidatos, de velhas fórmulas de política de prometer em época eleitoral para não cumprir uma vez eleitos, como na ausência de transparência e debates aprofundados sobre o futuro da economia, de investimentos produtivos que se reflitam na melhoria da vida das massas, na política fiscal e na segurança que se expressarão nas urnas, onde o eleitorado, ausente da direção revolucionária intervindo nas eleições com sua política, tende a se manifestar à favor do candidato que considera menos danoso a seus interesses ou menos rejeitado, retroalimentando as ilusões com a democracia burguesa (ainda que deformadamente) fazendo do voto uma miragem onde se avaliam promessas que nunca serão realizadas.

O prognóstico das dinâmicas estruturais, até a abertura das urnas, é ainda incerto. A fotografia atual da disputa presidencial permanece difusa e dinâmica, embora pelo momento tudo indica a repetição da disputa ideológica entre esquerda e ultradireita burguesas. Setores do eleitorado que se consideram de centro e direita “não bolsonarista” têm demonstrado oscilações diante dos desdobramentos das estratégias e trapalhadas de Flávio uma vez que, segundo pesquisas, 60% dos eleitores afirmam que ainda podem mudar de opção no último momento. Um outro fator que ainda faz permanecer o prognóstico em grande

parte oscilando é o não posicionamento claro em favor de um ou outro candidato pelos grandes partidos que dominam o bloco do “Centrão”, como Progressistas (PP), União Brasil e Republicanos, estes permanecem neutros e aguardam o cenário mais próximo das eleições para se posicionarem na disputa eleitoral e começar a negociar seus apoios em troca de cargos, orçamento e ministérios com o seguro vencedor. No próximo dia 28 de agosto, iniciará o horário de propaganda eleitoral gratuita. Com o decorrer da situação política iremos observar como estes tendem a influenciar firmando ou mudando as tendências eleitorais. Candidatos como Romeu Zema e Renan Santos largam sem tempo de propaganda e sem estrutura nacional para concorrer com os principais candidatos, já Lula e Flávio Bolsonaro, com 5 minutos e 32 segundos e 4 minutos e 20 segundos, respectivamente, se favorecerão deste tempo e do gigantismo dos recursos que dispõem para fortalecer a polarização e aumentar suas chances de arrastar candidatos ou partidos que ainda estão indecisos para suas campanhas. Dentre os choques que poderão ser observados no discurso e na retórica encontra-se a pressão dos Estados Unidos contra o PIX, bem como o intervencionismo tarifário punitivo contra o governo Lula, que vêm transformando o debate simplesmente econômico em farsescas imagens de “modelos de soberania e patriotismo” que servem apenas para ludibriar às massas ainda mais.

O uso do PIX como “patrimônio do povo” é, sem dúvida, uma cartada de trunfo propagandístico que o atual governo utiliza em sua campanha, convertendo a sanção norte-americana em um ativo político em sua campanha para a reeleição, baseado na retórica de “combater o imperialismo

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquirir com nossos militantes!

→

econômico dos EUA” e beneficiando a narrativa da “soberania nacional” entre os eleitores. Em contraponto, o mesmo aspecto coloca-se como um obstáculo para a oposição que se alinha à política externa e de mercado dos EUA (especialmente sob a influência de Donald Trump), colocando Flávio e seus apoiadores em uma saia justa perante setores da direita que não compactuam com seu entreguismo descarado e corrupção comprovada. É nesse quadro que o PIX comparece como um ponto sensível entre os eleitores, alcançando 80% de confiança e uma aprovação de 93% entre os brasileiros. Por oposição, uma ataque a este cria desconfiança e gera uma repulsa contra candidatos contrários a seu uso.

As igrejas e religiões obscurantistas ganham nesse cenário maior relevância como curral de mobilização eleitoral, e tendem a ser um peso na balança eleitoral, em sua maioria contrários à continuidade do governo de Lula e da Frente Ampla. É parte dos objetivos da ultradireita retomar a desconfiança nas urnas eletrônicas retomadas por Flávio Bolsonaro, recentemente,, visando preparar um terreno de contestação às eleições caso essa janela de oportunidades seja aberta pela pressão imperialista.. As alegações foram prontamente rebatidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e por agências de checagem, inclusive ligadas a setores da oposição direitista. O episódio gerou ainda forte repercussão pelo conteúdo semelhante aos fundamentos da tentativa golpista de 8 de janeiro de 2023, obrigando a campanha do senador a ser recalibrada por sua equipe, onde ele mesmo, em entrevistas, admitiu ter se confundido e afirmou “sua integral confiança” no sistema eleitoral brasileiro. Apesar de “recalcular sua rota” pelo GPS do oportunismo eleitoral, a falsificação e a desinformação são parte do arcabouço de todo político burguês para ganhar eleições.

Um dos principais problemas da ultradireita é a disputa interna pelo espólio político de Jair Bolsonaro, a profusão de três candidaturas que se reclama do bolsonarismo e seus movimentos internos revelam tensões e rearticulações de rota entre os principais nomes da

família e caciques partidários, transformando a ex-primeira-dama em um polo incontornável para o futuro do campo conservador para 2030. Michelle Bolsonaro vem ampliando expressivamente seu espaço no cenário nacional, tornando-se uma figura central e um pivô nada desprezível para a mobilização do eleitorado feminino conservador e de matriz evangélica. Analistas políticos apontam a construção de um capital próprio e a projeção de uma “mulher bíblica” na política com vistas para 2030 também. Eis porque as divergências e atrito público com sua madrastra mantêm o desgaste de Flávio, embora os dois tenham sinalizando uma trégua de ocasião que teve por objetivo mitigar os danos e impactos negativos na pré-campanha de Flávio.

dos trabalhadores e explorados, uma vez que apesar da democracia burguesa se mostrar completamente decomposta e sem qualquer possibilidade de realizar as mudanças almejadas pelas e para as massas, a ilusão destas na democracia burguesa ainda está longe de se esgotar. E isto se passa porque não existe no cenário atual uma direção revolucionária enraizada entre o proletariado, capaz de o mobilizar por trás de seu programa e estratégia de poder próprios. O que não muda em nada a tarefa historicamente colocada: romper com a camisa de força colocada pela institucionalidade e pelas traições impostas pelos sindicatos, que blindam os interesses de seus candidatos se sobrepondo ao dos trabalhadores, e ajudar às massas a con-

“

(...) utilizar a rejeição das massas e sua tendência a votar no candidato “menos pior” como se se tratasse de um elemento de assimilação e avanço de consciência das massas, é um erro cometido por diversos partidos estalinistas e centristas para propagandear seus candidatos próprios. Qualquer que seja a narrativa eleitoral, nenhum dos candidatos burgueses tratam em suas propostas temas que melhorem a vida das massas e as condições objetivas condicionadas à sobrevivência delas. QUALQUER SEJA O GOVERNO BURGUESES ELEITO, GOVERNARÃO EM BENEFÍCIO DA BURGUESIA, NACIONAL E IMPERIALISTA PARA CHEGAR E SE MANTER NO PODER.

Importa assinalar que utilizar a rejeição das massas e sua tendência a votar no candidato “menos pior” como se se tratasse de um elemento de assimilação e avanço de consciência das massas, é um erro cometido por diversos partidos estalinistas e centristas para propagandear seus candidatos próprios. Qualquer que seja a narrativa eleitoral, nenhum dos candidatos burgueses tratam em suas propostas temas que melhorem a vida das massas e as condições objetivas condicionadas à sobrevivência delas. Qualquer que seja o governo burguês eleito, governarão em benefício da burguesia, nacional e imperialista para chegar e se manter no poder. Mesmo com a frustração contínua com os representantes que elegem, o ciclo se repete entre o conjunto

quistar sua independência de classe. Daí a extrema urgência e importância de construir as oposições revolucionárias que precisam atingir e combater a crença na democracia burguesa nas organizações de massas, dando pequenos passos para resolver a crise de direção revolucionária. ●

FOLHETO

NOVO!



A violência
REVOLUCIONÁRIA

Adquirir com nossos militantes!

A CRISE DO CAPITALISMO E OS SEUS REFLEXOS NA VIDA DOS ASSALARIADOS QUE SÃO OBRIGADOS A TRABALHAR MAIS PARA GARANTIR SUA EXISTÊNCIA CADA VEZ MAIS MISERÁVEL

O DIEESE e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) divulgaram no mês de Julho os dados que apontam o aumento dos preços da cesta básica em 17 das 27 capitais do Brasil. Segundo os dados divulgados em 8 de julho, entre maio e junho de 2026, os aumentos mais importantes ocorreram em Boa Vista (3,28%), Palmas (3,01%), Rio Branco (2,20%) e Porto Alegre (2,18%). Já entre as quedas, das 10 capitais em que foram verificadas, 7 delas ficaram na região Nordeste.

Das capitais em que se verificou os maiores aumentos, estão: São Paulo que apresentou a maior alta (R\$965,47); seguida por Cuiabá (R\$937,93); Rio de Janeiro (R\$920,94) e Florianópolis (R\$918,42). Nas cidades do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 630,40), São Luís (R\$ 654,73), Maceió (R\$ 671,41) e Natal (R\$ 686,07).

Dentre os alimentos, o café e o óleo de soja foram os que apontaram queda nos preços. Em Goiás o

café teve uma redução de 4,2%. O óleo de soja teve o seu preço reduzido em 14 capitais. Esse último, apesar de ter tido a colheita afetada por problemas climáticos, a diminuição da procura no mercado externo ajudou a equilibrar os preços internos por conta do aumento da oferta. A carne bovina de primeira, o feijão, leite, a batata (que dobrou o valor) e a cebola foram os alimentos que lideraram as altas em 17 capitais.

A variação do valor da cesta básica em 12 meses é maior em Cuiabá 14,71%, seguida de Aracaju 13,12% e 12,52% em Belo Horizonte. Como podemos ver, Aracaju, mesmo tendo apresentado um dos menores preços na cesta, foi a capital que teve a maior variação, quando se estende a análise em um ano.

O Dieese também faz uma análise para apontar o tempo de trabalho necessário em um mês para se obter dinheiro suficiente para a aquisição da cesta básica. Esse dado é importante porque evidencia com clareza o aumento da exploração da força de trabalho no capitalismo decadente para garantir o mínimo a ser consumido para sustentar fisicamente a força de trabalho. Em São Paulo, por exemplo, gasta-se 131h52m em média para se obter o suficiente para comer, seguido de Cuiabá 127h17m, e logo depois Rio de Janeiro com 124h59m. As três capitais onde se trabalha menos para se obter a cesta básica são: Aracaju onde se trabalha (85h34m); São

Luis (88h52m) e Maceió (91h07m) respectivamente.

Em junho de 2025, a média de tempo trabalhado nas 27 capitais para se comprar o necessário para a sobrevivência era de 104 horas e 03 minutos. Em 2026, esse tempo já é de 105 horas e 51 minutos. Um grande salto que evidencia com força que os assalariados trabalham cada vez mais (porque seus salários são cada vez mais baixos em relação aos preços dos produtos) para garantir sua própria existência sob condições mínimas, e isto enquanto muitos enfrentam condições desumanas de sobreexploração de trabalho e precarização, além das humilhações cotidianas do patronato. Esse é um retrato cruel da realidade do assalariado sob o capitalismo, onde podemos ver a barbárie avançar.

O aumento da carestia do custo de vida se relaciona também com os efeitos das guerras (entre os Estados Unidos e Irã, entre a Rússia e Ucrânia) sobre as rotas comerciais (reduzindo a oferta) e os preços das matérias-primas, como fertilizantes. Essas guerras que são travadas pelo imperialismo para avançar ao controle de recursos e garantir seu parasitismo sobre as nações e mercados, aumentam os preços das commodities, principalmente do petróleo, refletindo sobre o preço dos transportes e demais ramos da produção agrícola e industrial que, por sua vez, se refletem na produção de produtos e insumos básicos. As guer-

ras também afetam áreas produtoras agrícolas e industriais, o que também impacta no custo dos alimentos e serviços básicos de consumo popular.

Outro elemento que internamente afeta o custo de vida são os problemas climáticos com ventos extremos, chuvas em excesso ou longos períodos de estiagem. A destruição dos biomas naturais e a contaminação de cursos de rios e terras pelo agro-negócio têm afetado o clima em todo o Brasil, quebrando não só o equilíbrio ecológico, mas também os períodos e as condições da produção agrícola. No Rio Grande do Sul, que a pouco tempo foi atingido por chuvas que praticamente destruíram o estado, esse ano sofreu com uma estiagem que afetou a safra da soja e do milho. Na região denominada MATOPIBA (Tocantins, Piauí e Bahia), a estiagem também afetou a produção do milho. Em Goiás e Minas Gerais a estiagem também afetou a produção de trigo.

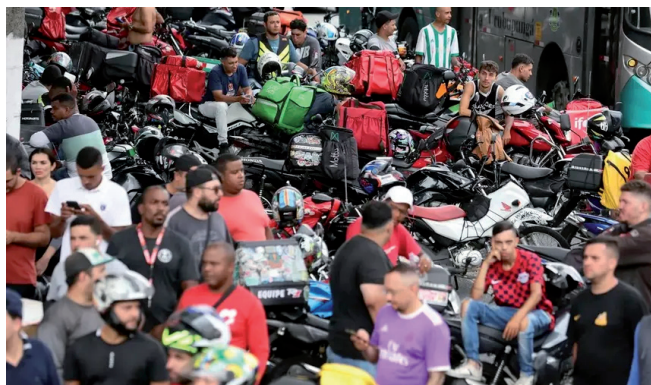
Tanto a carestia do custo de vida quanto o aumento da exploração da força de trabalho também se relacionam ao processo de privatização e terceirização que vinham desde a década de 1970, se aprofunda nos governos Collor, FHC, Lula, Dilma e tem uma escalada maior com a reforma trabalhista do governo golpista de Temer, bem como com a reforma da previdência do governo Bolsonaro.

Mais um elemento que explica as condições cada vez mais difíceis vividas

FOLHETO



Adquirir com nossos militantes!



“ (...) a esmagadora maioria dessas vagas são do setor de comércio e serviços e, esses, são os setores onde as privatizações e terceirizações se acentuam mais, AS MASSAS ACABAM SENDO VÍTIMAS DE MAIOR EXPLORAÇÃO COM SALÁRIOS REBAIXADOS E PRATICAMENTE SEM DIREITOS. Nesses setores é onde as **jornadas estafantes de trabalho** e a quase **inexistência de direitos** são corriqueiras.

→ pelos explorados são as privatizações das empresas estatais. Essas privatizações jogaram e continuam não apenas a jogar para fora os funcionários de carreira com salários e direitos trabalhistas - que foram conquistas históricas - os trocando por trabalhadores com salários rebaixados e sem direitos. Além disso, a concentração monopolista privada dos transportes se reflete no aumento das tarifas e, consequentemente, na redução do poder de compra. Medidas essas que ampliam os lucros capitalistas, enquanto ampliam a miséria dos assalariados.

Essas tendências econômicas do capitalismo em decomposição se impõem como leis a todos os governos. No governo Lula, foram criadas mais de 5 milhões de vagas de empregos com carteira assinada, segundo o IBGE. Porém como a esmagadora maioria dessas vagas são do setor de comércio e serviços e, esses, são os setores onde as privatizações e terceirizações se acentuam mais, as massas acabam sendo vítimas de maior exploração com salários rebaixados e praticamente sem direitos. Nesses se-

tores é onde as jornadas estafantes de trabalho e a quase inexistência de direitos são corriqueiras. Ainda segundo pesquisas do IBGE e DIEESE, os trabalhadores desse setor ganham em média de 20% a 25% a menos que os empregos de setores que ainda não sofreram as privatizações e as terceirizações. O índice de rotatividade da mão de obra também é muito alto, gerando incerteza e frustração sobre os trabalhadores. Dados de setores de fiscalizações do Ministério do Trabalho apontam que 80% dos acidentes de trabalho (8 em cada 10) ocorrem com trabalhadores terceirizados. O DIEESE e o Ministério Público do Trabalho (MPT) apontam ainda que 80%, ou seja, 4 em cada 5 mortes laborais são de trabalhadores subcontratados ou temporários.

Isto acontece enquanto as direções sindicais abandonam e traem as lutas por melhores condições de emprego, salário e contra as privatizações. A tendência ao rebaixamento brutal das condições de vida se reflete no aumento exponencial dos lucros dos capitalistas. Para melhorar imediatamente suas vidas e condições de tra-

balho, as massas não têm outra saída que recorrer à luta de classes para fazer recair sobre os capitalistas os custos das crises e de seu regime apodrecido. As massas não devem ficar tampouco esperando o congresso burguês dar respostas a suas necessidades mais imediatas e vitais. Basta ver que o fim da escala 6 por 1 está sendo deformado e se aprovará com novos ataques. Historicamente, toda redução nas jornadas ou qualquer outro direito alcançado nesse sentido foi fruto da luta de classes com greves, piquetes e ocupações, não de votações. Por isso que também nada devem esperar do governo Lula, porque esse está comprometido com a política que dessangra as massas em favor dos grandes patrões. Está aí o exemplo do Arca-bouço Fiscal que reduz investimentos orçamentários nos serviços públicos essenciais e nos salários do funcionalismo para entregar mais dinheiro nas mãos do agronegócio, dos bancos e do capital financeiro. A defesa das reivindicações vitais das massas somente pode ser feita nas ruas, paralisando as fábricas e locais de traba-

lho, com as greves e ocupações, organizando suas assembleias e os comitês de lutas até chegar na greve geral por tempo indeterminado, paralisando o país até arrancar dos patrões todas as conquistas que nos foram arrebatadas e lhes impor novas.

Assim como na queda do poder de compra do salário, se expressa como a via institucional e eleitoral que, sob controle da burguesia, serve a essa para nos continuar atacando e destruindo; nossas reivindicações serão arrancadas dos patrões e dos governos recorrendo a nossos próprios métodos de luta. Contudo, a luta de classes exige que se construa uma direção revolucionária capaz de dirigir os explorados a combater a burguesia e lhe impor derrotas, avançando à organização classista e à conquista da independência de classe. ●

FOLHETO

Para o
TRABALHO
REVOLU-
CIONÁRIO
nos SINDICATOS
e demais organizações de massas

Adquira com nossos militantes!

Começamos com o presente texto um estudo sobre quais as bases objetivas e políticas que levam à integração da religião e das igrejas à política burguesa de forma ativa e direta. O fazemos impulsionados pela necessidade de compreender seu papel como meio de alienação social

e eleitoral das massas. É claro que é um trabalho que excede as eleições, mas pretendemos agora estabelecer os fundamentos e princípios da posição marxista em uma conjuntura em que as Igrejas se integram cada vez mais à política burguesa.



O papel das igrejas na política burguesa | **Parte I**

O papel das igrejas nas eleições no Brasil demonstra que Estado laico é uma farsa e mera formalidade

As crenças religiosas, formas de culto e projeção mitológica do mundo humano na figura de seres sobrenaturais é definida pelo local geográfico em que nascem, pelas particularidades históricas do desenvolvimento social e cultural dos povos e nações, representa ainda uma determinada relação dos homens com o mundo natural e, sobretudo, se transformaram em uma poderosa ferramenta dos estados surgidos das diferenciações de classe para a imposição ideológica dos interesses da classe dominante, que se apoia (em cada época histórica determinada) nos preconceitos e obscurantismo religioso, no pensamento metafísico para manter sua dominação e opressão sobre as classes exploradas.

Por herança das dominações imperiais romanas, que adotou o catolicismo no século IV como religião oficial e perseguiu quem se recusava a se converter, a Europa se tornou majoritariamente católica e, esmagando e perseguindo crenças e religiões que conflituavam com seus interesses e objetivos, difundindo por meio da dominação colonial essa religião à maioria dos territórios dominados durante a colonização da América e África, sobretudo. A extinção, genocídio ou marginalização dos povos originários para a posse da terra tinha seu complemento na aniquilação da cultura e cosmovisões predominantes entre os povos nativos. O reflexo disso é uma maioria de cristãos, ainda que sob di-

ferentes vertentes, nos territórios onde ainda existem aldeamentos indígenas. As cisões e “reformas” internas à Igreja Católica (a exemplo da Reforma Protestante) não mudariam esse curso geral, mas serviriam para expressar interesses nacionais das burguesias que levariam à disputa intestina pelo controle ideológico sobre o estado e as relações civis e sociais na formação inicial dos estados nacionais burgueses.

No Brasil, segundo o censo do IBGE de 2022, 85,4% da população é cristã (56,7% católicos, 26,9% evangélicos e 1,8% espíritas). Apesar de grande parte da população possuir alguma descendência de africanos (55,5% da população, segundo o mesmo censo), apenas 1,1% dos brasileiros segue alguma religião de matriz africana. A imposição da religião fica ainda mais evidente entre os povos originários, pois 42,7% se declarou católica e 32,2% evangélica, enquanto apenas 7,6% mantém as tradições das crenças dos povos originários. Como assinala nossa Resolução sobre os Povos originários aprovada em nossa I Conferência¹, que publicaremos prontamente, a Igreja católica e posteriormente as neopentecostais, são meios dos que se vale a burguesia para impor a dominação no interior dos povos e continuar seu espólio de terras e o genocídio.

Essa gigantesca parcela da população é conduzida pelas igrejas e partidos

a tomarem lado nas eleições burguesas pelos partidos da ordem direcionando as massas a votarem entre partidos que defendem a política burguesa. Há muito tempo, as instituições religiosas interferem nos assuntos de Estado para aplicarem seus “valores”, que não estão descolados dos interesses da burguesia, especialmente para exercer controle ideológico sobre as massas exploradas. Frações distintas das igrejas apoiam circunstancialmente determinadas figuras ou políticas, como exemplo, o pedido da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 2010, para que os fiéis católicos não votassem em Dilma Rousseff por hipotético “desrespeito à vida humana e aos valores da família” pela assinatura de um Decreto² de 2009 que previa “Apoiar a aprovação do projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos” – o que nunca foi cumprido efetivamente e modificado para “Considerar o aborto como tema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde” pela própria Dilma, em 2010; e o apoio aberto e ativo da Renovação Carismática Católica (RCC), da Comunidade Canção Nova (católicos), Assembleia de Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e demais vertentes evangélicas à tentativa de reeleição de Bolsonaro.

A aproximação da direita e ultradireita com os evangélicos tem se tor- ↑

1. “Realizada a I Conferência do PPRI” - Página 04 do jornal O Internacionalista n° 40 (junho de 2026)

2. Decreto n° 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências.

→ nado quase que indissociável devido as defesas de pautas reacionárias, e do obscurantismo religioso e da doutrina baseada na unidade familiar burguesa em comum, como a condenação social e moral aos homossexuais, a criminalização e repulsa pelo tema aborto, contra o uso de drogas ainda que com fins medicinais (como canabidiol, derivado da mesma planta da maconha), etc. Nos últimos anos, tem avançado o reacionarismo religioso para o interior das escolas de ensino fundamental e médio contra, principalmente, o ensino de culturas e religiões africanas, usando-se da retórica de que se trata de “doutrinação religiosa”, e contra o ensino de educação sexual, sob o falso argumento de se tratar da sexualização das crianças ou doutrinação ao “homossexualismo”. Essa ofensiva reflete uma maior penetração das Igrejas principalmente nas regiões mais empobrecidas e miseráveis que abandonadas e marginalizadas tendem a se inclinar, cada vez mais, na procura de soluções e explicações de seu sofrimento no mundo nos fundamentos religiosos. A ofensiva burguesa contra suas condições de vida lhe retira direitos e as submetem a profunda superexploração e precarização. Os partidos e governos reformistas fracassam em responder a suas necessidades. Assim, procuram pela via do “esforço pessoal” como mandato religioso e pela devoção a Deus, que retribuirá sua fidelidade para com a Igreja e o Pastor.

Eis porque as igrejas evangélicas ganharam muitos adeptos entre os anos 1980 e 2000, saltando de 6,9% para 26,9% da população (IBGE), muito graças às crises capitalistas (como a crise da dívida externa e a hiperinflação dos anos 1980, a crise do petróleo de 1991, a crise dos tigres asiáticos de 1997, entre outras) despejadas sobre as massas convergindo com a ideia neopentecostal de riqueza como sinônimo de “bênção divina” e a pobreza ser associada à “falta de fé” e correlatos (teologia da prosperidade). Nos últimos 30 anos, o número de templos evangélicos explodiu, chegando à marca de 21 novas igrejas por dia. Por outro lado, as ditas “esquerdas” abandonaram ou rebaixaram bandeiras, como exemplo deixaram de lado a criação de “uma legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada”³, que, ain-

da que possa ser limitada dentro dos marcos do capitalismo, representaria um tímido avanço na defesa dos direitos das mulheres, mas, atualmente, a posição de Lula é pela manutenção da criminalização do aborto⁴. Isto decorre não apenas de sua formação teológica e como militante do catolicismo, mas também por cálculos políticos por almejar atrair um setor das igrejas evangélicas por trás de sua candidatura.

A penetração das igrejas nos partidos e servindo para arregimentar eleitoralmente as massas se reflete nas instituições políticas da burguesia. Em 2022, 28 candidatos eleitos à Câmara dos Deputados se identificavam nas urnas como “bispo”, “pastor” ou “missionário”, o maior número da história nacional, reflexo de um crescimento exponencial de fiéis neopentecostais. Estão majoritariamente ligados à direita e à extrema-direita (filiação em partidos como Republicanos, PL, Avante e União), a exceção é o Deputado Federal Pastor Henrique Vieira, filiado ao Psol. Percebendo a ofensiva neopentecostal para intervir nas eleições associado ao crescente número de “fiéis”, as ditas esquerdas com presença no Parlamento correram para se adaptar ao cenário eleitoral, participando e, em certa medida, impulsionando a Frente Parlamentar Evangélica (11 dos 209 Deputados desta frente são do PT).

A realidade concreta é que partidos, desde os ultra-direitistas, reformistas e estalinistas integrados à política burguesa, estão subordinados às movimentações da ideologia burguesa de dominação das massas pelas ideias obscurantistas religiosas, que ditam o que vestir, quantas vezes e com quem se casar, se o casal deve ter filhos, etc etc., e são utilizadas, cada vez mais, para justificar a opressão e as desigualdades no capitalismo. E correm ainda para tentar doutrinar ou atrair setores progressistas das igrejas para estender sua base social eleitoral. Não combatem os preconceitos e o obscurantismo religioso que servem de freio às reformas e liberdades civis e democráticas e não defendem a separação da religião do estado cortando seu financiamento indireto (subsídios, emendas parlamentares etc.) o que acaba finalmente por refletir na instrumentalização da religião com pretensas “tons progressistas” como um meio de crescimento eleitoral, sobretudo.

Para Lênin, a igreja deve estar completamente separada do Estado e da escola, devendo ser um “assunto privado” de cada indivíduo⁵. Esta é uma posição antagônica à fase contemporânea, onde até os estalinistas, falsos leninistas, consideram “(...) que o aprofundamento do diálogo entre a esquerda brasileira e as religiões é um caminho imprescindível para que nossa nação tenha paz, a verdadeira paz que é fruto da justiça”⁶ (PCdoB) e que “é importante aproximar a militância de organizações religiosas”⁷ (PCB). Certamente, Lênin não negava a possibilidade do proletariado revolucionário manter sua fé, a qual nem o partido e nem o estado deviam interferir ou legislar. Mas, alertava da necessidade do processo de combate ao “ópio dos povos” como um caminho para a real e completa emancipação humana de todas as formas ideológicas de dominação e opressão. Percebe-se, portanto, sob a forma de uma “tática” de aproximação e “diálogo” uma via de ruptura completa das ditas esquerdas adaptadas à ideologia obscurantista com fins eleitorais, abrindo mão da defesa das massas contra a dominação ideológica e opressão capitalista, ao mesmo tempo que a direita e ultradireita reforçam essa dominação.

É necessário retomar os conceitos de Marx e Lênin, que tinham a religião como o ópio do povo. Os verdadeiros comunistas, àqueles que se assentam nas teorias e experiências revolucionárias do marxismo-leninismo-trotskismo para quebrar as correntes ideológicas impostas pela burguesia, demonstrando aos explorados a necessidade de superar o capitalismo por meio da revolução proletária, portanto, ajudando-os a se emanciparem de todos os preconceitos religiosos que os aliena da necessária transformação da sociedade e da relação do homem com o meio natural exclusivamente pela práxis material e histórica. Um passo nessa emancipação se erguerá com a vitória da revolução, avançando assim para um governo operário e camponês que irá instaurar a ditadura do proletariado e caminhar para possibilitar verdadeiramente o fim das opressões de classe e as religiões em que essas encarnam e se preservam como ideologia e metafísica das relações humanas. ●

3. Documento “Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo”, página 11 do volume “Uma Nova Sociedade” - plano de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para concorrer às eleições de 1989.

4. “A extrema direita consegue dar um passo na aprovação da maior criminalização do aborto. E Lula se limita criticar o “excesso” do PL 1904, mantendo sua ilegalidade” - Página 07 do jornal O internacionalista nº 17 (julho de 2024).

5. “O Socialismo e a Religião” - Lênin, no jornal Novaya Jizn nº 28 (dezembro de 1905).

6. “A esquerda e a religião, por Flávio Dino e Júlio Vellozo” de 30/09/2020.

7. Ponto 137 da Resolução 1 do XVI Congresso Nacional do PCB.

A apresentação de uma ALTERNATIVA “SOCIALISTA” PARA O PRIMEIRO TURNO não afasta o PCB da política democratizante dos reformistas

Fundado em 25 de março de 1922, o Partido Comunista Brasileiro – PCB se reivindica da tradição comunista vinculada ao marxismo-leninismo, melhor dizendo, da deformação revisionista do stalinismo da teoria e tática bolcheviques e leninistas. Tendo atuado na clandestinidade e ilegalidade durante a maior parte de sua história dentro da república brasileira, produto da perseguição e criminalização burguesas. Sobreviveu a sucessivos banimentos, destacando-se na redemocratização de 1945 e na resistência à Ditadura Militar, com nomes expressivos dentro do campo marxista no Brasil, o que não pode ser desconsiderado, apesar de reivindicarem do legado de Josef Stalin e da tática frente-populista com a fração da burguesia caracterizada de “progressiva e democrática”. Após o período de redemocratização o partido foi legalizado, adotando uma linha mais adaptada à democracia burguesa e em 1989 aliou-se ao Partido dos Trabalhadores – PT, participando praticamente em todos os governos e campanhas eleitorais deste como cabo eleitoral. Após a eleição de Lula em 2002, a relação com o PT começou a se deteriorar até que em 2005, no XIII Congresso do PCB, o

partido formalizou o rompimento com o governo, sob a crítica de que o governo Lula estaria realizando uma política de conciliação de classes.

Após o afastamento das políticas do PT, o PCB participou da Frente de Esquerda – 2006, juntamente com PSOL e PSTU. A frente foi apresentada como uma alternativa frentista à esquerda do PT, sendo Heloísa Helena (atualmente Deputada Federal filiada à Rede Sustentabilidade – REDE) a candidata à presidência da república. Em 2010 e 2014 lançou candidaturas próprias, sendo Ivan Pinheiro – 2010 e Mauro Iasi – 2014 as indicações para ocupar a presidência e representar a “independência” em relação ao PT, com candidatos que não estivessem submetidos às alianças eleitorais do petismo. Em 2018, sem candidatura própria, apoia o Guilherme Boulos – PSOL, sob a estratégia, mais uma vez, da construção de frentes eleitorais que não se subordinaram à política do PT. Contudo, apesar de suas críticas ao petismo, onde apontam seus governos como um modelo que preserva a estrutura de poder da burguesia, os candidatos que representavam uma “alternativa” de esquerda para romper com o PT se mostraram, conforme estabelecido pela dialética dentro da estrutura da democracia burguesa, de forma oportunista e carreirista em defesa de seus próprios interesses aparelhados ao se subordinaram ao programa reformista de retórica radical, ainda que retinto de “comunismo”

declarativo, ao invés de se posicionarem ao lado dos explorados erguendo um programa de emancipação política e de luta de classes pelo poder do proletariado. Hoje, Guilherme Boulos, por exemplo, é ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, onde articula e serve aos interesses do PT e da burguesia que o impulsiona.

Atualmente, para as eleições de 2026, o PCB oficializou em sua convenção nacional o nome de Edmilson Costa para concorrer à Presidência da República e Cleusa Santos como candidata a vice-presidente. Apesar de trazer em seu programa defesas da estatização do sistema financeiro nacional e a reestatização de empresas privatizadas, os estalinistas continuam presos à retórica democratizante e dão a entender ser possível ascender ao poder por meio das eleições burguesas, contribuindo para que as ilusões das massas com este processo “democrático” as mantenha presas às ilusões democráticas, indo na contramão da revolução que reivindicam, agindo no campo da democracia burguesa e nos limites estruturais do capitalismo, sob a falsa bandeira do governo popular – uma variante do “Governo dos Trabalhadores” que tanto propagandeiam os centristas, ou seja, apesar de criticar a postura reformista do PT, o PCB também atua subordinado ao democratismo burguês, expondo suas oscilações centristas, fazendo um setor dos explorados que será possível melhorar suas condições de vida pela

via institucional e das eleições. Da mesma forma que escondem atrás da bandeira do “voto útil” sua servidão à reeleição de Lula, contra a extrema-direita em 2022, que diziam se fazia necessária em defesa da democracia.

A apresentação de uma alternativa “socialista” própria para o primeiro turno, não faz do PCB um partido diferente daqueles que chama de reformistas, uma vez que seja possível que, no segundo turno, apontará que não havendo a possibilidade de uma candidatura revolucionária, as massas estarem iludidas e existindo o perigo do retorno da ultradireita ao poder, se inclinam para a defesa no segundo turno pelo “mal menor” contra o que chamam de fascismo e de ameaça a democracia. Ainda que se posicionem por deixar sua militância e às massas se posicionarem livremente, sem declarar voto como partido, não muda o fato do PCB ficar dentro do horizonte democrático-burguês em sua tática eleitoral. A roupagem de socialista esconde a face de um partido que, apesar de seu histórico na luta nacional, repete os erros de Stalin, repetindo a nefasta tática frente-popular e de subordinação à democracia burguesa não permitindo a superação do capitalismo e impulsionando a revolução mundial. Por trás do palavreado “comunista”, o PCB expõe sua face estalinista e burocrática adaptada ao regime eleitoral burguês, servido sua tática como mais uma alavanca da burguesia para a manutenção do Estado burguês. ●



Cresce a gravidez na adolescência e a violência contra crianças e adolescentes

A barbárie do capitalismo em decomposição se manifesta cada vez mais cedo entre as novas gerações da força de trabalho

 A gravidez na adolescência vem crescendo nos últimos anos. No Brasil todos os meses nascem 22 mil bebês, gerados por mães adolescentes. Ao longo de 2025, foram 274,4 mil, segundo o Sistema Nacional de Nascidos Vivos (Sinasc) do Ministério da Saúde. Esses bebês representam 11,3% dos 2,3 milhões que se somam à população no ano passado. Uma proporção pequena deles - 11,6 mil ou 0,06% do total-, foi concebida por meninas de faixa etária de 10 a 14 anos. São crianças que foram em sua maioria vítimas de violência sexual, de acordo com a legislação. Desde 2009 a legislação o código penal brasileiro qualifica o sexo com menores de 14 anos como “estupro de vulnerável”.

A gestação na adolescência é uma das consequências, afirma o estatístico Edson Martinez, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP-USP). O estudioso pesquisa há mais de 10 anos as condições socioeconômicas que levam as meninas a se tornarem mães tão cedo. Os estudos apontam que ter filhos muito cedo, além de produzir uma alteração social e psicológica precoce, atrapalha o ciclo formal de educação, e, mais tarde, obter emprego com melhor remuneração e condições trabalhistas. Essas condições das meninas aparecem mais nos países caracterizados como de média e baixa renda, que concentram 92% dos 13 milhões de nascimentos de filhos de adolescentes registrados por ano no mundo - ainda que, em certos contextos, a gestação nessa faixa etária nem sempre seja acompanhada de uma carga social e cultural negativa.

Segundo a estudiosa Denise Maria Monteiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), os estudos registrados em 2025 são os mais baixos desde a virada do século. Os números apontam uma redução considerável de 44% no total de filhos em mães adolescentes em 20 anos. Em 2000, meninas com idade entre 10 e 19 anos deram à luz a 750,5 mil bebês em 23,4% dos nascidos vivos naquele ano. Esse número

baixou para 419,3 mil (14,7%) do total em 2019. O estudo publicado em 2021 na Revista da Associação Brasileira de Medicina, não explora as razões da queda. Ela, porém, deve-se (ao menos em parte) ao encolhimento da população adolescente feminina, que diminuiu 17,5 milhões para 16,2 milhões no período. Mas, também aos limitados avanços quanto à educação sexual e à melhoria circunstancial de indicadores sociais. Foi precisamente nesse intervalo que caiu também a taxa de fecundidade das adolescentes: a taxa era de 81 bebês por mil adolescentes em 2000, que caiu para 48 por mil em 2019. A queda foi menor entre as garotas de 10 a 14 anos: passou de 3,4 mil para 2,5 mil.



Os dados da violência na infância e adolescência é uma expressão de parte da barbárie do capitalismo, e têm crescido a justificação política dessa violência com o aumento do obscurantismo e reacionarismo ideológico e religioso. A POBREZA E MISÉRIA VIVIDA PELA MAIOR PARTE DAS FAMÍLIAS NO BRASIL E NO MUNDO É A GRANDE RESPONSÁVEL POR ESSA TERRÍVEL CONDIÇÃO VIVIDA

Tendência que foi revertida, segundo dados da Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde e que apontam um crescimento da violência sexual entre crianças e adolescentes no Brasil. Em 2025, esse número ficou em 59.887 notificações de violência em todo o país. Nos últimos 11 anos, o país acumulou 422.994 registros desse tipo de violência, um aumento de 183,5% no período. As notificações registradas neste ano representam um dos maiores núme-

ros da série histórica iniciada em 2009. O total fica próximo ao registrado em 2024, quando houve 60.805 notificações.

Os números podem ser ainda maiores, uma vez que grande parte das famílias e adolescentes não denunciam seus agressores, por medo da vítima de retaliações, seja pela relação com o agressor, seja por falta de informações e compreensão sobre a violência sofrida, particularmente, pela falta de estrutura e meios para garantir à força de trabalho feminina jovens condições para o pleno desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e física garantindo acesso pleno à saúde reprodutiva, educação etc

Em 2025, a região Sudeste concentrou o maior número de notificações, com 26.059 registros, o equivalente a 43,5% do total nacional.

Na sequência aparecem: Sul: 11.949 notificações; Nordeste: 9.600 notificações; Norte: 7.733 notificações; Centro-Oeste: 4.546 notificações. São Paulo foi o estado com o maior número absoluto de notificações em 2025, com 14.124 registros. A gravidez na adolescência e os dados de violência na infância (caracterizado legalmente como pedofilia) ou na adolescência, onde a legislação compreende como estupro de incapaz, apontam que em 70% dos casos o agressor é integrante da própria família. Pais e padrastos representam 44,4% dos autores. A residência da vítima corresponde a 63,5% da violência contra as meninas.

Está claro que esse tipo de violência e muitos outros, decorrem da violência produto das grandes desigualdades impostas pelo capitalismo. Os dados da violência na infância e adolescência são uma expressão de parte da barbárie do capitalismo, e têm crescido assustadoramente a justificação política dessa violência com o aumento do obscurantismo e reacionarismo ideológico e religioso. A pobreza e miséria vivida pela maior parte das famílias no Brasil e no mundo é, sem dúvida, a grande responsável por essa terrível condição vivida por aqueles que, se quer, compreendeu de forma

continua →

→ aprofundada questões elementares da própria sobrevivência como parte de um regime de relações de produção que coloca o corpo dos assalariados como mercadoria a ser explorada, e leva no interior das relações sociais e familiares as chagas de sua decomposição. A miséria, pobreza e barbárie desfechada sobre a força de trabalho jovem tem por contraparte a transformação de seus corpos em objetos de consumo e exploração e arrasta as famílias, que decompõem produto da barbárie capitalista, para esse tipo de agressão e autodestruição das relações pessoais.

As soluções do próprio estado burguês são incapazes de resolver o problema, porque o estado é parte integrante e garante dessa tendência capitalista de afundar às massas, especialmente as mulheres, na decomposição social. O reformismo e boa parte das correntes de esquerda, apontam os métodos coercitivos e educativos como solução ao

problema, como se estes, não tivessem relação direta com o capitalismo decadente e suas leis que produzem essas e outras mazelas contra os explorados. Enquanto a estrutura econômica capitalista e a propriedade privada monopolista erguida sobre essas estiver de pé, continuará a obra destrutiva da burguesia sobre a força de trabalho. O combate a gravidez precoce que se relaciona com a violência intrafamiliar, portanto, está ligado ao combate do sistema capitalista decadente de forma íntima e indissolúvel. Não nos opomos ao direito das vítimas a exigir punição e defender em sua proteção se ampliem as medidas coercitivas que buscam punir os agressores e protegê-las, mas é preciso que fique claro que elas só podem ser um paliativo imediato e não a verdadeira solução ao problema.

Um passo para avançar há solução real passa por erguer um programa de reivindicações imediatas e transitórias

que consolida a luta unitária contra essas chagas como parte de um programa de combate à exploração e precarização assalariada. Dentre outras reivindicações destacam: 1) salário mínimo vital e móvel que alcance a uma família para viver no valor fixado pelo DIEESE, 2) creches públicas estatais que garantam todas as condições para proteção cuidado e formação integral das crianças, 3) imediato acesso de adolescentes à educação sexual integral e científica garantida pelo estado, 4) pela proteção integral da maternidade em todas suas etapas a cargo do estado e dos capitalistas, 5) fim das discriminações e opressão sobre as mulheres na vida civil, política e na economia etc. Precisamos assim unir todas as lutas por empregos, salários, moradia, contra todo e qualquer tipo de violência com a derrubada do capitalismo pela via da insurreição das massas exploradas contra o capitalismo em decomposição. ●

PARTIDO

PPRI REALIZA BALANÇO SOBRE A RUPTURA COM O POR

No mês de julho, o Partido realizou com sua militância um balanço sobre a ruptura com o POR, organização que pertencíamos anteriormente, e que rompemos pelo fato da maioria do partido e sua direção assumir uma revisão anti-marxista do programa para a Rússia, que foi defendido por Guillermo Lora e a seção brasileira por mais de 30 anos.

O encontro teve como elemento de análise os 3 anos de existência do PPRI, visando responder uma questão fundamental: se a luta fracional e seus desdobramentos com a construção do PPRI como continuidade política e organizativa do programa revisado pelo POR, foram passos

acertados ou não. O debate se deu tendo como base a linha histórica da construção da fração, a defesa do programa e do partido revolucionário, a denúncia sobre o centralismo burocrático, deturpando a organização anterior, a formação de caudilhos internos que expressaram o seguidismo, ao invés da análise crítica sobre as denúncias apontadas pela fração Guillermo Lora, garantida programaticamente pelo direito de divergir e culminando na expulsão de dois camaradas da conferência do Nordeste do POR, no Ceará.

Durante o balanço foi possível avaliar, junto aos militantes e simpatizantes, em qual estágio o partido se encontra e a dimensão da tarefa colocada, a qual temos nos dedicado a cumprir nos anos que se seguiram, possibilitando a fração se constituir enquanto partido em defesa do programa que reivindicamos e das conquistas da revolução, ainda presentes nos estados operários degenerados.

As ponderações realizadas permitiram a reflexão de que, diante da impossibilidade de divergir internamente e com a expulsão sumária dos

militantes da conferência no Ceará, não restava outra saída aos membros da fração do que a formação de um partido onde pudessem de fato se organizar ao redor da defesa do programa do partido e suas consignas. Durante as análises, os presentes avaliaram e concluíram como acertada a luta fracionária no interior do POR, bem como a manutenção do partido – PPRI, cumprindo o que foi estabelecido em seu 1º Congresso e, posteriormente, em sua 1ª Conferência. Estamos cientes do desafio colocado para os que seguem nesta nova organização, sabemos de onde viemos e o que reivindicamos em nossa constituição enquanto quadros revolucionários que são heranças adquiridas do POR, assim como foi reforçado durante o balanço o que rejeitamos e que sabemos são aspectos políticos e organizativos nocivos e ligados ao abandono revisionista do programa e da tarefa de construir o partido nas piores condições históricas, que se não são enfrentados e superados trazem os germes de dissolução que lutamos para não ter espaço nossa organização. ●

FOLHETO

NOVO!

**TEORIA
MARXISTA**
do **PARTIDO POLÍTICO**

Adquira com nossos militantes!

AS EMPRESAS DE APLICATIVOS AUMENTAM A EXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Deflagrar um poderoso movimento unificado e nacional dos trabalhadores baseado na luta de classes para impor as reivindicações e direitos da categoria!

 iFood introduziu uma nova “função” que agrava a exploração dos trabalhadores por entregas. A recém-incorporada função “+ Entregas” reduz os ganhos em até R\$ 3 por entrega. O objetivo da empresa é aumentar as entregas e, mantendo as jornadas estafantes de até 12 horas, aumentar os lucros à custa da redução da renda dos assalariados. A nova função (regida por algoritmos controlados pela própria empresa) não demorará em se estender a todas as empresas de entregas e transporte (Uber e 99).

A nova “função” se introduz no momento em que cresce o número de mulheres que recorrem às plataformas para sustentar, minimamente, suas condições de vida. Como em outras áreas da economia (formal e informal), as empresas impõem uma profunda diferenciação salarial como instrumento para aumentar seus lucros. No serviço de entregas, por exemplo, as mulheres recebem, em média, 40% menos por hora e têm rendimentos semanais até 67% inferiores do que os homens. Segundo estudos da OIT (*Organização Internacional do Trabalho*), cerca de 3,5 milhões de mulheres (2,5% da força de trabalho feminina do país) dependem hoje de plataformas digitais para gerar sua renda, seja em serviços de entrega (delivery), de transporte de passageiros (Uber e 99), de serviços domésticos e de cuidados (priorizados pelos algoritmos das plataformas) etc. Mas, também cresceu o número absoluto de trabalhadores em plataformas digitais saltou de 1,53 milhão para 2,3 milhões no Brasil (dados de 2025): um crescimento de 48 %. Mais de 92% dessas pessoas atuam em serviços baseados em localização, como transporte de passageiros e entregas (delivery). Uber concentra, por exemplo, 900 mil motoristas. Com o aumento da concorrência as empresas visam impor o rebaixamento geral dos ganhos dos assalariados, já extremamente rebaixados, nos aplicativos e trabalho online onde também as mulheres se concentram nas funções

menos valorizadas e não contam com licença-maternidade, seguro-doença e previdência social, além de que carregam com a desigual “divisão do trabalho familiar” nas tarefas domésticas.

Não vai se parar essa máquina de triturar homens mulheres “assalariados por peça” com a fiscalização dos algoritmos. Esses são de propriedade patronal e servem a essa para impor metas de “produtividade” e punir e decidir quem “pode ou não” continuar trabalhando. Não é por acaso que os algoritmos tendem a “punir” fundamen-



As MULHERES TRABALHAM, EM MÉDIA, 16 HORAS SEMANAIS NAS PLATAFORMAS, CONTRA 25 HORAS DOS HOMENS - o que claramente condiciona a diferença de renda total no fim do mês. Se se observa ainda que 60% DOS TRABALHADORES POR APLICATIVOS RECEBEM MENOS DE DOIS SALÁRIOS-MÍNIMOS, ISTO ATINGIRÁ PRINCIPALMENTE ÀS MULHERES.

talmente as mulheres porque exigem disponibilidade exclusiva e permanente, sabendo que aquelas carregam sobre suas costas com cuidados de familiares, filhos e as tarefas domésticas, ficando sempre por baixo dos homens nas avaliações. As mulheres trabalham, em média, 16 horas semanais nas plataformas, contra 25 horas dos homens - o que claramente condiciona a diferença de renda total no fim do mês. Se se observa ainda que 60% dos trabalhadores por aplicativos recebem *menos de dois salários-mínimos*, isto atingirá principalmente às mulheres.

Isto acontece enquanto o PL 152/25 para a regulamentação do regime trabalho por plataformas digitais, além de se achar paralisado no Congresso criando uma “brecha” para as empresas introduzir novos mecanismos de superexploração dos trabalhadores, criará melhores condições econômicas para a lucratividade das poucas de serviços por aplicativos que monopolizam o mercado. Eis o exemplo da legalização na prática das jornadas de até 12 horas e o vínculo de emprego precarizado sob a figura farsesca do “traba-

lhador plataformizado”. Nos fatos, se trata da legalização do “modelo” das empresas por aplicativos para outras categorias que adotam plataformas, a exemplo da educação (pag 12).

O desemprego e subemprego empurraram milhões a sobreviver das plataformas, em grande parte, atraídos pela “flexibilidade de horários” e pelo recebimento imediato de renda na conta. A concentração do mercado por pouquíssimas empresas junto ao crescimento do número absoluto de trabalhadores por aplicativos criou

uma favorável correlação de forças em favor dos capitalistas e que atinge fundamentalmente, a juventude oprimida que recheia esmagadoramente os serviços de entregas, que impossibilitados de achar outro trabalho, dedicam-se integralmente aos aplicativos.

O que importa destacar é que não há como acabar com a brutal exploração e as degradantes condições de trabalho, sem deflagrar um poderoso movimento unificado e nacional, baseado nas convocatórias de assembleias de base, para debater e votar um programa de reivindicações comuns e sobre a base da consigna “a igual trabalho, igual salário” para homens e mulheres, orientando milhões de assalariados a agir como uma só força visando a impor suas reivindicações com a luta de classes. Mas, sobretudo, importa assinalar que os trabalhadores de todo o país devem superar a luta setorial, passar por cima de suas direções traidoras e, sob um programa e os métodos comuns, confluír na luta coletiva contra os capitalistas para que se imponha a imediata melhoria nas condições de vida e trabalho. ●

OS PROFESSORES SOFREM AS CONSEQUÊNCIAS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, IMPOSIÇÃO DA FORMAÇÃO, SALAS SUPERLOTADAS, ENTRE OUTROS PROBLEMAS.

Enquanto isso, a direção da Apeoesp chama reunião do Conselho Estadual de Representantes no formato virtual, se negando a convocar uma assembleia para discutir como barrar os ataques às condições de trabalho e direitos

 Toda a rede estadual sofre do desemprego em massa, diferente dos anos anteriores, onde uma parcela dos desempregados conseguiam atribuir aulas ou pegar os projetos da pasta, como o PROATI (Projeto de Apoio à Tecnologia da Informação) e sala de leitura, por exemplo. Esse ano, o governo reduziu a quantidade de vagas para esses projetos, o que fez com que uma parcela dos professores continuasse desempregada ou subempregada, com poucas aulas.

Nesse início do segundo semestre, o governo soltou o resultado da avaliação de desempenho com a sua nefasta política de faróis, além de obrigar os professores a fazerem sua formação rebaixada, chamada “multiplica”, punindo ainda os que não a fizeram. Muitos nem conseguiram se inscrever, ou não conseguiram acessar o curso virtual, extremamente vigiado e controlado. O governo impôs ainda o preenchimento do diário de classe virtual como um dos maiores elementos da avaliação (60% dos critérios) do total da pontuação. Vale aqui mencionar que esse critério só foi inventado depois da avaliação feita.

Certamente, os burocratas da SEDUC perceberam que as modificações intencionais por trás da política de faróis seriam pequenas, diante do que o governo esperava. E como a intenção é quebrar a estabilidade dos professores efetivos retirando eles das escolas em que estão há anos, criando condições para impor os professores contratados, jogando eles também para outras escolas e impondo a estes o desemprego, o governo (de última hora) impôs autoritariamente mais esse critério para usar como ferramenta nas atribuições do próximo ano para cumprir esse objetivo. E os diretores que não cortarem cabeças, terão as suas cortadas.

Mesmo os professores que praticamente não faltam e fazem todo o trabalho burocrático vigiados pelas plataformas - que aliás ampliaram

absurdamente o trabalho dos professores - foram mal avaliados pelo governo e jogados nos faróis amarelo e vermelho. Essa medida do governo tem um objetivo claro: impor o subemprego e contratações por meio do terrorismo ideológico sobre os professores e gestores. Assim, tenta fazer com que os professores mais velhos peçam exoneração; objetiva também tornar os professores ainda mais subservientes dessa política educacional por medo das sanções, visando ainda ampliar o sucateamento da escola pública, legitimando desse modo sua política de privatização quem vem se fortalecendo nos últimos anos, conforme vimos com o leilão das escolas no ano passado, onde mais de 33 escolas serão construídas e entregues à iniciativa privada, com previsão de expansão nos próximos anos.

A base objetiva dessa política acha-se no fato de que a classe dominante, a burguesia, conforme a crise do capitalismo se amplia, tenta conter a barbárie social que ela mesma cria e que arrasta a juventude empobrecida das favelas a abandonar as aulas ou ser ancorar na criminalidade como meio de vida. As escolas de período integral e cívico-militares são uma medida cosmética para abafar essa realidade.

É nesse quadro que muitos adolescentes, sem opção mais que a de trabalhar para ganhar o pão e ajudar suas famílias, acabam abandonando os estudos. Os dados do Anuário da Educação apontam que houve uma redução de 217.080 estudantes (15 a 17 anos) que abandonaram o ensino médio apenas em 2025. Dentre esses, os estudantes com mais de 20 anos caíram mais da metade, passando de 3.850 para 1.958. Esses números se relacionam diretamente com a “diminuição da oferta” do ensino médio regular devido à imposição das escolas em tempo integral e ao fechamento das escolas de Jovens e Adultos (EJA), bem como com o fechamento

do noturno regular - na maioria das escolas. Isso vem ocorrendo desde o governo Alckmin (PSDB), se intensificou no governo de João Dória (PSDB) e continua a se ampliar com o atual governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu corte de mais de 10 bilhões da educação paulista somente no ano passado.

Diante dessa bateria constante de ataques que vem implodindo aos poucos a educação, e que golpeia tanto aos trabalhadores quanto à juventude oprimida, a direção da Apeoesp (PT, PCdoB e PSOL) nos últimos anos abortaram as greves e impediram (com manobras) que a categoria lutasse, continua com sua política de traições permanentes. A rede estadual está sem uma greve há mais de 11 anos, enquanto os governos continuaram atacando. No ano passado, chamou um dia de paralisação de greve perante o crescente desemprego e destruição de direitos, enquanto esse ano chamou dois dias de paralisação de greve, quando não passou de encenação. A direção que sente a pressão das bases que instintivamente querem lutar, e tentar ludibriar as bases com a falácia que está lutando em defesa da escola pública e que a principal luta está em votar certo.

Não é por acaso que depois de ter enterrado o movimento deste ano, a direção escancarou sua política eleitoral. Na última reunião presencial do conselho estadual, ainda em maio, decidiu adiar as eleições da direção sindical para o próximo ano, justificando que era necessário canalizar as forças para a reeleição do governo Lula. Foi incapaz de dar uma resposta à política de arrocho salarial mantida pelos seguidos governos, e se contentou com os míseros 5% dado pelo governo federal no piso nacional. Foi incapaz de responder ao desemprego em massa e ao subemprego dos professores, enquanto permitiu ao governo impor suas a precarização e desemprego de grande

→ parcela da categoria. Virou as costas para o problema da avaliação de desempenho extremamente punitivista e da plataformização que ampliou o trabalho e a vigilância dos professores, enquanto fala demagogicamente de lutar contra os ataques.

Percebendo agora o profundo descontentamento dos professores com

os resultados negativos da avaliação de desempenho e, já prevendo, o caos das atribuições do próximo ano, a direção, vergonhosamente chama uma Reunião do Conselho estadual no formato virtual, mantendo sua política de paralisia. Está claro que a direção está inteiramente voltada às eleições burguesas fugindo da tarefa elemen-

tar que é o de chamar uma assembleia para que os professores de todo o estado possam deliberar sobre um calendário para enfrentar os ataques do governo. E a partir de aí, organizar a luta coletiva junto dos estudantes para ter mais força para derrotar os ataques e impor ao governo as reivindicações. ●

Burocracia do SINPEEM abortou a unidade para a luta nas greves, mas impulsiona uma frente eleitoreira com sindicatos e centrais visando à reeleição de Lula

Na última reunião do Conselho Geral do SINPEEM, em 29 de julho, Claudio Fonseca/PCdoB utilizou essa instância para anunciar a constituição de uma “Frente em Defesa da Educação, dos Serviços Públicos e Contra as Privatizações e Terceirizações”, que seria organizada a partir de uma convocação do SINPEEM a todas as entidades sindicais e estudantis de São Paulo bem como as centrais sindicais e movimentos sociais, com indicativo de um grande ato em São Paulo no dia 18/08 ou outra data a ser definida junto às demais entidades.

Vale destacar, que de acordo com o estatuto do SINPEEM a reunião do Conselho Geral deve deliberar sobre as indicações feitas pela base na reunião de representantes de escola (RE), sempre realizada alguns dias antes do Conselho, porém, a burocracia tem mutilado todas as instâncias deliberativas da entidade estrangulando a democracia sindical, de forma que a reunião de representantes já não conta com nenhum espaço para manifestação da base e, as vezes, negando esse direito às correntes de oposição. No último RE (24/07) a burocracia contratou palestrantes e novamente silenciou a base, chegando propositalmente à reunião do Conselho sem nenhuma indicação da base e, portanto, livres para impor pautas de interesse da direção, que neste caso foi a formação dessa “frente de luta”.

Claudio fez um longo discurso sobre a importância dessa frente sindical para combater a política privatista de Nunes/ MDB e Tarcísio/ Republicanos e abriu para o debate e apreciação das correntes políticas que compõem o conselho. Todas as falas da direção majoritária, sem nenhuma exceção, expuseram o real objetivo da frente: o de impulsionar a candidatura de Haddad/PT ao governo de São Paulo bem como a reeleição de Lula à presidência. Os principais argumentos da direção majoritária já são bastante conhecidos, o de combater a ascensão da extrema direita, defender a democracia contra o fascismo e para isso se utiliza demagogicamente da luta necessária contra as privatizações e terceirização como cortina de fumaça.

Já as correntes da Oposição Unificada que compõem a direção minoritária buscaram se diferenciar fazendo críticas pontuais, mas de maneira geral elogiando a iniciativa do SINPEEM. Dentre as críticas pontuais vale citar as realizadas pelo MPR/CSP e pelo POR pelo seu oportunismo. Como parte de um balanço da greve mencionaram a necessidade de ter impulsionado uma frente no momento de ascensão do movimento grevista quando tivemos a oportunidade de unificar todo o funcionalismo municipal de São Paulo em luta com os professores estaduais e estudantes das universidades estaduais, mas pelo contrário essas lutas foram marcadas pela política divisionista das direções. Apesar de correta a crítica, elas não se opuseram à formação dessa frente explicitamente eleitoreira e pró-burguesa, que não tem a menor possibilidade de impulsionar a luta de classes, pois sua finalidade é justamente desviar da luta de classes alimentando ilusões na de-

mocracia burguesa por meio das disputas eleitorais, portanto, eleger um novo governo burguês. Algumas correntes, como PSTU e PSOL apoiam a iniciativa da burocracia, pois também têm interesses eleitoreiros, enquanto o POR, que ainda não está envolvido nas disputas eleitorais burguesas, mas talvez acredite que seja possível transformar uma frente burocrática em uma frente que impulse a luta pelas reivindicações.

A Unidade Independente Classista e Combativa (UICC) fez a denúncia da frente por seu conteúdo meramente eleitoreiro, que se constituiria por meio de acordos burocráticos entre as direções sindicais, sem participação da base, já que não haveria convocação de assembleia para sua organização, portanto, tampouco para debater seu programa e métodos de luta para derrubar as privatizações dos governos. Denunciamos também a mutilação das instâncias sindicais, que anularam por completo a democracia operária, a exemplo do congresso sindical que mais um ano não foi discutido e deliberado em nenhuma instância do sindicato e o resultado, já conhecido, será de um congresso festivo, distracionista e eleitoreiro.

Dentro desse quadro de manobras burocráticas e acomodações de correntes que se dizem classistas, a formação da frente eleitoreira foi aprovada pela imensa maioria dos conselheiros presentes nesta reunião e a convocação foi feita pela SINPEEM as demais entidades representantes de centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis e organizações populares, que consolidaram a frente em reunião organizativa no dia 07/08, na sede do SINPEEM, e aprovaram a realização de um grande ato estadual para o dia 28/08, às 14 horas, em frente ao Masp, na avenida Paulista. O manifesto, foi assinado por 25 entidades sindicais, movimentos sociais e estudantis, dentre eles quatro centrais sindicais – CUT, CTB, Intersindical e CSP Conlutas – a CNTE, diversos sindicatos do funcionalismo municipal e estadual de São Paulo, entidades do movimento estudantil (Umes, UJS, UEE-SP), movimento de moradia, movimento negro e Marcha mundial de mulheres.

Portanto, a CSM-Guillermo Lora/PPRI, organizada junto a UICC, irá atuar defendendo o combate a privatização e terceirizações, que precarizam e rebaixam a força de trabalho, além de precarizar os serviços ofertados a população, por meio dos métodos da ação direta (greves, paralisações e ocupações), alertando os trabalhadores sobre os desvios da luta de classes imposta pelas burocracias sindicais, que busca arrastar as massas para a farsa das eleições burguesas, depositando confiança nesse campo da democracia burguesa, como caminho para alcançar as reivindicações das massas.

Fará isto por meio da denúncia e combate ao oportunismo e manobras burocráticas, chamado abertamente em seus materiais a superar e varrer essas direções que se unem para defender governos burgueses e não aos trabalhadores que os combatem para não cair na miséria, perder direitos etc. Por isso, não podia saudar e nem apoiar uma frente burocrática liderada pelos traidores dos assalariados. ●

07 de agosto de 2008

INÍCIO DA GUERRA GEÓRGIA x RÚSSIA

Há dezoito anos, em 07 de agosto de 2008, o governo da Geórgia, apoiado pela Otan, lança uma ofensiva militar contra a Ossétia do Sul, com a ocorrência também de combates navais na Abecásia, duas regiões ocupadas militarmente pela Rússia desde 1992, logo após um período extremamente turbulento de guerras civis na região do Cáucaso, iniciado ainda em 1989, junto com a desagregação da URSS. Estando as regiões autônomas sob cerco de aniquilação militar, a Rússia decide pela intervenção. Os combates durariam cerca de cinco dias, com um cessar-fogo preliminar assinado entre georgianos e russos entre os dias 15 e 16 de agosto, protocolado assim a vitória da Rússia. Desde então, as duas repúblicas se independizaram da Geórgia e aliaram ao Kremlin, têm governos independentes de Tbilisi e alinhados com Moscou. No entanto, quase a totalidade dos membros da ONU as reconhece ainda como parte do território georgiano (o mesmo status da ONU de Crimeia e o leste ucraniano, já anexados à Rússia).

Este episódio, geralmente ignorado nos debates entre Rússia e Imperialismo, serve como relevante estudo de caso para entendermos melhor a destruição da União Soviética, o papel que o Imperialismo teve nesse processo, ao canalizar sentimentos nacionalistas e independentistas da opressão da burocracia soviética, mas que sob influência do imperialismo seguiram caminhos reacionários presentes nas diferentes etnias do Estado Operário Degenerado, no intuito de implodi-lo e, por fim, traçar um essencial paralelo com a atual situação de guerra na Ucrânia, esta que não remonta a apenas 2022, mas a 2014.

Entendamos o contexto histórico: a região do Cáucaso, encruzilhada estratégica entre Europa e Ásia, sempre foi alvo de disputa entre diferentes impérios. No início do século XIX, o Império Russo consolidou seu domínio sobre os muitos povos habitantes da região montanhosa, impondo-os um regime de “russificação” forçada visando uma colonização permanente. Sobre a Geórgia, ainda durante a Guerra Civil, pós Revolução de Outubro, os Bolcheviques tiveram de enfrentar os nacionalistas georgianos, que pretendiam criar uma

República burguesa separada. Em 1921 os bolcheviques georgianos derrotam os nacionalistas e em 1936 é instituída a República Socialista Soviética da Geórgia com três repúblicas com autonomia política, cultural e administrativa frente à Geórgia soviética: Ossétia do Sul, Abecásia e Ajária. Estas três repúblicas foram criadas na intenção de oferecer maior autonomia às minorias (ossetos e abecásios) e diminuir as tensões étnicas já presentes há séculos na região.

Estas tensões permaneceram adormecidas e represadas pela unidade administrativa sob forte centralização burocrática ao longo das décadas seguintes, ressurgindo na década de 1980, com o aprofundamento do processo de restauração capitalista iniciado pelas reformas da perestroika de Gorbachev. O movimento nacionalista étnico georgiano é eleito para o controle do Soviete Supremo georgiano na figura de Zviad Gamsakhurdia. Em abril de 1991, a Geórgia se declara independente da ainda existente URSS e Gamsakhurdia é eleito como primeiro presidente do país, com apoio da Otan. Com apoio desta, decide invadir a Abecásia e a Ossétia do Sul com o objetivo de derrubar os governos alinhados a Moscou e anexar totalmente os territórios à recém-criada república independente da Geórgia. Esse processo levará a uma sangrenta guerra civil, que durará até 1995, com vitória russa na posse de Eduard Shevardnadze, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Soviéticos e aliado da burocracia de Moscou, nas eleições. Ambas as repúblicas invadidas, as quais já haviam declarado independência da Geórgia, passam a ser protetorados da Federação Russa de fato, sendo virtualmente ocupadas pela Rússia.

Em 2003, os ventos voltam a soprar à favor dos nacionalistas com a chamada “Revolução Rosa”. Os nacionalistas étnicos, já abertamente ponta de lança do Imperialismo para cercar a Rússia desde o Sul, se aproveitam do desgaste do governo do burocrata Shevardnadze, e derrubam-no. Outro nacionalista, Mikheil Saakashvili, ascende à presidência, tendo a mesma política de “irredentismo territorial”, isto é, de expulsar as tropas russas da Ossétia e da Abecásia e destruir seus governos autônomos, anexando seus territórios.

Em agosto de 2008, o governo Saakashvili finalmente lança uma campanha militar contra a Ossétia do Sul, obrigando a Rússia a responder. Ao contrário do que o governo esperava, a Otan e seus aliados imperialistas não foram ao seu auxílio, temendo um conflito aberto com a Rússia, assim tendo a guerra durado poucos dias e com esmagadora vitória russa. Desde 2010, o conflito permanece congelado, com o controle de facto da Rússia sobre estes territórios, mais uma vez.

Após esta recapitulação dos fatos e dos contextos históricos, faz-se necessário algumas análises para extrair os aspectos fundamentais que explicam o real fundamento histórico presente na guerra de Geórgia com a anterior guerra na Chechênia e, posteriormente, na guerra na Ucrânia.

Primeiro: o nacionalismo chauvinista surgido das cinzas da dissolução da URSS das ex-Repúblicas Soviéticas é um subproduto da reconstrução do Estado Burguês, ou seja, da restauração capitalista nesses estados, e caracterizam-se quase sempre por serem aliados do imperialismo, tanto para a desestabilização interna da URSS como para ajudar a reconstruir o poder das burguesias nacionais alinhadas com o imperialismo. Este nacionalismo foi surgindo na URSS como expressão deformada à repressão estalinista do Kremlin, ao reivindicar símbolos étnicos grão-russos do czarismo que justificavam a opressão nacional das Repúblicas Soviéticas, e ausente a direção revolucionária, seria instrumentalizado dentro do Estado Operário Degenerado pelo imperialismo como maneira de anular os verdadeiros interesses de classe e resgatar um identitarismo reacionário, que apenas serve à opressão do capital. Esta instrumentalização se viu nos países bálticos e também se vê ainda hoje na Ucrânia.

É bem verdade que a própria burocracia russa se reveste também de uma estética nacionalista, contudo, contraditoriamente, este nacionalismo tem por fundamento material as conquistas revolucionárias, sobretudo a propriedade estatizada, da que esse nacionalismo estalinista tira seu sustento e sua sobrevivência como casta, o que é um bloqueio objetivo à restauração completa do capitalismo na



Rússia, a destruição da grande propriedade nacionalizada na Revolução e a transformação do país em uma semi-colônia, serviço do imperialismo. A prova disto - pela negativa - está em todos os países europeus que concluíram a restauração. O nacionalismo burguês (chauvinista ou não) dos países bálticos (Lituânia, Letônia e Estônia) é produto direto da restauração capitalista que os levou ao colo da UE, onde não têm controle de emissão monetária e à Otan, onde ficam submetidos às políticas militares dos EUA e dos Estados imperialistas europeus. A burocracia estalinista, que parasita as conquistas da Revolução, resiste a essa via uma vez que seria seu fim político, portanto mesmo lançando mão de aspectos nacionalistas e identitários, se apoiam nas conquistas classistas para se manter no poder.

Segundo: a guerra de 2008 representa um indicativo do que aconteceria na Ucrânia a partir de 2014 e da guerra iniciada em 2022. Mesmo com toda a insistência da burocracia russa de negociar com o imperialismo e de manter-se em bons termos com este, a própria propriedade nacionalizada, ainda de pé na Rússia, caracteriza-se como

uma barreira para a sobrevivência da propriedade monopolista e sua necessidade de expansionismo para dominar as riquezas e recursos industriais dos estados operários degenerados ainda em pé (pag. 16). Tanto é verdadeiro este fato que, mesmo com o fim da URSS, a Otan não apenas não deixou de existir, mas como se expandiu em direção à Rússia com a entrada de antigos membros do Pacto de Varsóvia, tendo o claro objetivo de cercá-la militarmente.

O caso Geórgia foi um ensaio para aquilo que viria a se concretizar na Ucrânia. Se, por um lado, o imperialismo estava enfraquecido em 2008 em decorrência da crise que estava para estourar, e não auxiliou em larga escala o governo nacionalista serviço da Geórgia; por outro, a derrubada do governo pró-Rússia de Yanukóvytch na Ucrânia e a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 possibilitou ao imperialismo europeu e norte-americano a intervirem diretamente naquele que, historicamente, foi um aliado de Moscou para transformá-lo em fantoche do Ocidente. Nos anos seguintes, da mesma maneira que ocorreu na Geórgia, grupos nacionalistas apoiados e financiados abertamente

pelo imperialismo atacaram regiões de minorias étnicas no país, de sorte que estas declararam independência de Kiev durante a guerra já iniciada em 2022. Não é preciso lembrar que desde o início do conflito, o governo títere de Zelensky recebe abertamente financiamento dos países europeus e dos EUA, com venda de equipamentos, além de treinamento militar.

Tanto como foi na Geórgia, como está sendo na Ucrânia, o imperialismo pretende colocar a Rússia de joelhos, ao estimular nacionalismos e financiar guerras por procuração. Como partido revolucionário, devemos incondicionalmente colocarmos nos contra o imperialismo na sua luta pela destruição da propriedade nacionalizada russa, pois é disso que se trata estes conflitos. Cada derrota, mesmo circunstancial, do imperialismo em seus objetivos servem às massas na construção de seu programa revolucionário internacionalista. Portanto, mesmo não se coadunando com os métodos e táticas da burocracia herdeira do estalinismo, dissemos tanto “derrota do imperialismo na Geórgia” em 2008, quando dizemos agora “derrota do imperialismo na Ucrânia”. ●

20 de agosto de 1940 - 86 ANOS DO ASSASSINATO DE TROTSKY POR STALIN

Reconstruir a direção revolucionária sobre as bases do Programa de Transição é uma tarefa urgente



Trotsky foi morto por um agente da KGB a mando de Stalin logo após a constituição da IV Internacional que herdava as tradições revolucionárias do bolchevismo em combate a sua destruição pelo estalinismo. Seu assassinato foi um presente da burocracia ao imperialismo porque enfraqueceu a direção revolucionária do proletariado logo após o início da II Guerra Mundial explodir e porque fortaleceu os partidos comunistas que se adaptavam à convivência pacífica com o capitalismo - inclusive traindo as revoluções.

A construção do partido proletário e internacionalista ao redor do programa e tradições bolcheviques é uma exigência das leis da história para que a transição do capitalismo ao socialismo continue seu curso. A tarefa de reconstruir a direção revolucionária mundial na atual conjuntura política mundial está diretamente ligada ao objetivo de pôr de pé partidos nacionais que reivindiquem e, sobretudo, apliquem, os princípios programáticos, teóricos e organizativos dos quatro primeiros congressos da III Internacional e do Programa de Transição. O Programa de Transição é insubstituível para cumprir com esse objetivo e um guia para enfrentar a decomposição e revisionismo antimarxista.

Ainda nas piores condições, não existem atalhos na história. Os marxistas estão obrigados a forjar o partido para cumprir a tarefa insubstituível de unir a consciência e a experiência do proletariado mundial generalizado em teoria

com a luta imediata das massas. A firmeza de Trotsky em manter esse objetivo decorria da íntima compreensão que tinha das leis objetivas da revolução.

Construir partido nos moldes trotskistas é construir quadros revolucionários profissionais firmados no centralismo democrático que afaste o perigo dos caudilhos infalíveis e do centralismo burocrático; capazes de unir a teoria com a prática nos que se forjam os quadros organizativos e administradores em todos os níveis dos movimentos da luta de classe, por meio das consignas transicionais. E isso exige forjar quadros capazes de verificar na sua prática de forma crítica e autocrítica suas táticas, seus métodos e linha política combatendo, ao mesmo tempo, o sectarismo e o impressionismo subjetivista.

Cada militante forjado nesses princípios é um valioso militante revolucionário, e uma alavanca do objetivo histórico de dirigir o proletariado para a tomada do poder. O futuro pertence aos leninistas-trotskistas que trabalham no interior das organizações das massas e lhes ensinam a confiar em suas próprias forças e a combater a conciliação de classes e seus opressores sem trégua. Assim, reivindicamos a posição e luta irredutível de Trotsky de assimilar e integrar a teoria política e organizativa de Lênin na construção dos partidos proletários revolucionários e internacionalistas, os únicos capazes (como comprova a história) de unir e fundir milhões de explorados e oprimidos com sua direção revolucionária. ●

Contrarrevolução burguesa afunda as massas oprimidas nas guerras, no autoritarismo fascitizante, no genocídio e na barbárie social

A CLASSE OPERÁRIA DEVE ACHAR O CAMINHO PARA RETOMAR SEU PROGRAMA E ESTRATÉGIA REVOLUCIONÁRIAS E ASSIM ABRIR CAMINHO A LUTA DE CLASSES PELO FIM DO CAPITALISMO

 A destruição de MOU (*Memorandum of Understanding*, pelas siglas em inglês) entre o Irã e os EUA encerrou a aventura do imperialismo sem alcançar quaisquer de seus objetivos preestabelecidos antes da guerra. Sua continuidade lhe é ainda negada pela incapacidade de garantir a reposição dos estoques das mais avançadas (e custosas) de mísseis interceptores e de ataque em profundidade. Por sua vez, os contínuos destroços contra bases e interesses dos EUA e aliados provocados pela retaliação do Irã impôs uma derrota tática e estratégica aos EUA, marcada pela impossibilidade dos opressores e genocidas em impor seus interesses pela força militar. O acordo entre Omã e Irã para administração conjunta do estreito de Ormuz selou a guerra imposta ao Irã. Esse fato não será apagado com declarações mentirosas dos EUA.

O imperialismo e seus vassalos no Oriente Médio saíram enfraquecidos. Reforçam-se a capacidade chinesa e russa de incidir nos destinos do Oriente Médio e da Ásia. Porém, isso não deve obscurecer que o imperialismo não foi definitivamente derrotado, e menos ainda que decidiu por abandonar a região. Se apoiando no servilismo de Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e as monarquias serviais e no expansionismo colonialista de Israel, bem como no duplo jogo de Turquia e Qatar ou, mais recentemente, nas divisões sectárias e tribais estruturadas historicamente no Iraque e na Síria, para se servir de governos, milícias e sectarismo para continuar a guerra contra o Irã e enfraquecer o chamado “Eixo da Resistência” (pag. 18). Fracassada a guerra direta e mantendo o objetivo de destruir Irã, e assim cercar e cortar o expansionismo chinês, os EUA recorre agora a aticar novas guerras

civis visando impedir a acomodação de interesses e acordos que restrinjam sua capacidade de ação e de seus vassalos.

Na Ucrânia, a OTAN não consegue realizar qualquer ofensiva militar em grande escala. Os destroços causados à economia europeia pelas sanções contra a Rússia, o estreitamento dos mercados pela funesta guerra comercial travada contra China imposta pelos EUA fizeram insustentável o preço do financiamento à guerra contra a Rússia. Os métodos terroristas contra a população russa se espalharam, enquanto EUA se coloca como vendedor dos armamentos enquanto encontra dificuldades para voltar a enganar a Rússia como fez em Anchorage, Alaska. A Rússia tirou lições (tardamente) que para vencer deve destruir sistematicamente a economia de guerra ucraniana, agora sem se importar em atacar empresas norte-americanas e alemãs em solo ucraniano que produz equipamentos utilizados objetivamente contra a Rússia. Trata-se de uma declaração de guerra contra o imperialismo ainda que acobertada com palavreado da “autodefesa” contra a produção de armas que assassinam civis na Rússia. Com as devidas particularidades e diferenças de processo histórico, a mesma tendência e dinâmica se manifesta como cerco sobre a China, ainda que este se estenda desde Ásia, África e até América onde EUA e China se digladiam pelos mercados e controle de recursos estratégicos. A participação de China, Rússia e Coreia do Norte ajudando o Irã na guerra contra os EUA são elos da guerra mundial que se desenvolve por caminhos tortuosos, mas que coloca em trincheiras irreconciliáveis aos estados operários degenerados e nações aliadas contra o imperialismo e seus aliados. A trama sobre a que se desen-

//

...

A participação de China, Rússia e Coreia do Norte ajudando o Irã na guerra contra os EUA são ELOS DA GUERRA MUNDIAL que se desenvolve por caminhos tortuosos, mas **que coloca em trincheiras irreconciliáveis aos estados operários degenerados e nações aliadas contra o imperialismo e seus aliados.**

rolam esses fatos é objetivo final do capital monopolista de se sobreviver derrubando as burocracias herdeiras do estalinismo, restaurar a burguesia no poder, destruir os cimentos da propriedade estatizada privatizando quase toda a economia, destruir a unidade nacional desses países e os transformar em estados multiétnicos fragmentados e submetidos diretamente ao capital financeiro.

Já temos escrito muito em nossos editoriais internacionais anteriores sobre *como e por que* a vantagem está do lado da Rússia e China, ainda que conjunturalmente. Importa retomar aqui as consequências dessa guerra mundial travada surdamente pelo imperialismo para sobreviver a sua decadência acelerada para os povos e nações oprimidas, as massas assalariadas e para os oprimidos em geral, e os que se erguem para combater esse percurso contrarrevolucionário em particular.

Mais encurralado e enfraquecido se acha o imperialismo pressionado pela desagregação das economias capitalistas, e entravado pela impossibilidade de derrotar Rússia e China imediatamente, mas violentamente projeta sua ofensiva sobre as nações

“ Ainda estão em pé as conquistas revolucionárias conquistadas com sangue operário e são graças a essas que esses estados operários (ainda que muito degenerados) conseguem resistir ao cerco imperialista. LIBERTADOS DA CASTA BUROCRÁTICA E RETOMANDO O PROLETARIADO O CONTROLE DA ECONOMIA E DO ESTADO, SE RETOMARIA A VIA REVOLUCIONÁRIA MUNDIAL.

→ oprimidas visando manter sua influência direta, seja baseada na força militar, seja na coerção econômica. Uma ofensiva para controlar rigidamente recursos naturais e industriais, matérias-primas e minerais decisivos para a produção de bens de alto valor agregado e desenvolvimento tecnológico, sobretudo, voltado à concorrência e à indústria militar e digital. Para manter seus negócios parasitários procede a saquear e superexplorar violentamente orçamentos e aos assalariados das nações semicoloniais, aumentando seus lucros afundando na miséria às massas com violentas contrarreformas, destruição de direitos e serviços públicos, e aumentando o parasitismo financeiro sobre os cofres públicos. E agora sequer se preocupa por acobertar o recurso do genocídio e dos massacres, como na Palestina, se isso é necessário a seus monopólios para tomar posse de recursos, territórios e vias logísticas em benefício de seus negócios. A imposição ao governo do Panamá para a retirada da China do controle administrativo e logístico do Canal do Panamá foi mais uma medida da guerra que se prepara contra a principal economia mundial que desloca o imperialismo progressivamente do mercado mundial. O sequestro de Maduro levou à subordinação do chavismo e à tomada do controle da renda petrolífera pelos EUA que não apenas é sugada em benefício desses, como é agora usada para travar um bloqueio genocida contra Cuba.

Combinam-se aos métodos de guerra econômica e militar do imperialismo contra nações e governos que não se lhe subordinam a declaração dos grupos narcotraficantes como “terrorismo”, o que habilita o intervencionismo militar que leva à ocupação de território soberano de forma limitada, como acontece no Equador e no Paraguai. O objetivo em Cuba é destruir a referência históri-

ca no continente de qual o caminho da nação oprimida para conquistar sua autodeterminação: expulsar o imperialismo avançando nas tarefas socialistas. É parte dessa ofensiva a manipulação de processos eleitorais (Honduras e Colômbia) e recorrer a golpes de estado constitucionalmente acobertados (Paraguai, Peru e Brasil) para forçar uma saída democrática de acordo aos interesses imperialistas e imponha governos abertamente entreguistas (Brasil e Peru) e remover os governos que entravam ou bloqueiam minimamente seus objetivos. O regime político burguês e suas eleições não abortam essa ofensiva, antes lhe proveem de novos métodos e táticas para completar a submissão das economias e estados nacionais aos monopólios. Combinam-se também à restrição das liberdades democráticas se utilizando das Constituições e leis para agravar a repressão política, o terrorismo estatal e a perseguição aos movimentos em luta de classes pelas reivindicações, contra os ataques e contra o genocídio e as guerras. É um fato que o totalitarismo fascitizante burguês cresce sob o manto constitucional e alça postos no estado e instituições recorrendo à deformação dos métodos democratizantes, não negando-os.

Chegamos assim ao que importa às massas entender da atual situação política que não tem qualquer solução no campo da economia, da política, das instituições e da diplomacia burguesas. As guerras de dominação, as guerras civis arquitetadas pelos carneiros dos povos, o genocídio palestino e libanês, o militarismo e totalitarismo fascitizantes expressam a decomposição capitalista. As burocracias herdeiras do estalinismo se negam a ajudar na libertação dos povos e nações das cadeias imperialistas visando a chegar a um acordo com o imperialismo que as preserve de sua derrocada. Por isso, não cabe iludir as

massas com saídas democratizantes e menos ainda as ludibriar que basta eleger governos e representantes progressistas aos Congressos para barrar a ofensiva e barbárie capitalista.

A revolução russa (1917), a revolução chinesa (1948), coreana (1950), a cubana (1959) e vietnamita (1973) demonstraram qual a via para romper os elos do capitalismo e avançar na transição ao socialismo, ainda que prematura e rapidamente degeneradas pela burocracia contrarrevolucionária. Ainda estão em pé as conquistas revolucionárias conquistadas com sangue operário e são graças a essas que esses estados operários (ainda que muito degenerados) conseguem resistir ao cerco imperialista. Libertados da casta burocrática e retomando o proletariado o controle da economia e do estado, se retomaria a via revolucionária mundial. É parte desse esforço da classe operária mundial pela defesa de suas conquistas e romper o ciclo de sua destruição física em benefício dos lucros capitalistas combatendo abertamente contra seus governos e defendendo as nações e povos oprimidos por meio do internacionalismo proletário com a ação direta e construindo seus partidos para a revolução e ditadura proletárias. Não existe outra alternativa ainda que retrocessos, derrotas parciais e sofrimentos sejam aderidos à luta de classe para barrar a barbárie social capitalista. Essa tarefa hoje está colocada preempitoriamente! ●

FOLHETO

COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE

A **economia nacionalizada** mantém as bases sociais e econômicas do **Estado Operário Degenerado**, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquirir com nossos militantes!

OFENSIVA ESTADUNIDENSE-SAUDITA CONTRA MILÍCIAS PRÓ-IRANIANAS NO IRAQUE TRANSFORMAM A GUERRA CONTRA O IRÃ EM UMA GUERRA INTERNACIONALIZADA A TODO ORIENTE MÉDIO

 Na madrugada de 29 de julho, EUA e Arábia Saudita atacaram as Forças de Mobilização Popular (PMF pela sigla em inglês) iraquianas, matando uma dezena de militantes, e, portanto, violando a soberania do Iraque. As PMF estão estreitamente vinculadas à Força Quds do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC). O essencial a ser destacado é que essa ação assinalou a entrada da Arábia Saudita na luta ao “Eixo da Resistência”, ou seja, na guerra dos EUA-Israel contra o Irã e seus aliados.

Trata-se de um passo na estratégia imperialista-sionista de arrastar os países árabes a um confronto generalizado ao serviço dos interesses dos EUA e Israel, sobretudo. O prólogo, por assim dizer, de uma guerra internacionalizada por todo Oriente Médio. Mas, também demonstrou que a permanência das bases norte-americanas no Iraque (desde as quais se realizam ações militares contra o Irã), a continuidade da ocupação militar do país após a derrota de Saddam Hussein, e que fez do país uma plataforma bélica dos EUA e Israel para atacar o Irã. Mas, ao mesmo tempo, o intervencionismo militar dos EUA e aliados acirra as disputas faccionais e tribais no Iraque que se dividem entre apoio à Turquia, Israel, EUA, Arábia Saudita e também o Irã. Eis porque a ação não apenas firma a escalada a guerra imperialista de dominação como empurra toda a região do Curdistão iraquiano, iraniano, turco e sírio a uma luta fratricida que desestabiliza Síria e Iraque, que são estados falidos e submetidos - há décadas - a serem peões no campo de manobras de potências regionais e imperialistas.

Ainda que com fronteiras formalmente delimitadas e instituições políticas consagradas, o Iraque não existe como estado-nação. É um país destrocado, fragmentado em múltiplos mini-estados étnicos e colonizado militar e economicamente. Sem um governo capaz de garantir a integralidade territorial, são os EUA quem controla as exportações de petróleo iraquianas.

Parte desses ingressos é repassada ao governo do país, enquanto outra parte municia e financia tribos e milícias que servem a seus objetivos e, especialmente, a desestabilizar a situação nacional interna para, desse modo, garantir uma poderosa alavanca intervencionista negociando por cima das disputas faccionais. A esse objetivo foram despejados cerca de US\$ 30 bilhões desde 2003, que embora apresentados como contribuição ao combate do ISIS (Estado Islâmico), permitiu financiar a semiautonomia curda no nordeste do país e controlar as jazidas petrolíferas do país, custodiadas por bases militares norte-americanas e europeias.

Dias depois da ação militar, Ali al-Zaidi, atual primeiro-ministro iraquiano, realizou uma viagem aos EUA para fechar novos acordos de extração de petróleo e a construção de um oleoduto que passaria por Jordânia e Turquia rumo ao Mar mediterrâneo para, assim, fechar as vias da Rota da Seda chinesa planejadas para se converter em um eixo energético e logístico que impulsiona o expansionismo chinês no Oriente Médio. Apenas assumido, impulsionou amplas reformas econômicas e a compra de equipamento civil e militar norte-americano, francês, inglês e sul-coreano (repassando uma quota parte da renda obtida pelas exportações de hidrocarbonetos).

Al-Zaidi não passa de um títere do imperialismo, embora seja obrigado a manter um complicado equilíbrio de forças entre as diversas facções iraquianas. A imposição de um “governo de coalizão” de seitas religiosas, facções políticas e tribos apresentou-se como o melhor método para os EUA controlar os acontecimentos nos territórios iraquianos e do Oriente Médio. Não obstante, no passado mês, houve um fato que indicou uma tendência a romper esse equilíbrio em favor dos mais imediatos interesses estadunidenses. Em ação espetacular, foram presos 35 funcionários e membros do Parlamento na “Zona Verde” da capital, Bagdá, onde encontram-se o parlamento, o

judiciário, o poder executivo e as sedes nacionais das facções políticas iraquianas. A ação desfechada pelo Serviço de Contraterrorismo (ICTS) apreendeu dinheiro e deteve funcionários e deputados por desvio de dinheiro público. A ação se realizou depois da denúncia do ex-Ministro de Petróleo, Adnan al-Jumaili, que está preso desde 30 de maio pelas mesmas acusações. Se bem entre os detentos incluem-se figuras de todas as facções, o objetivo principal era atingir a influência iraniana ao interior das instituições do país, e proceder a concentrar no primeiro-ministro uma maior capacidade decisória da política interna. Nos fatos, a ação vinha sendo preparada desde 2024 quando “investigadores” do FBI se entrevistaram com o ex-primeiro-ministro Mohammed Shia al-Sudani. À época, Mark Savaya, ex-enviado especial do presidente dos EUA, Donald Trump, ao Iraque, despejava milhões de dólares para forjar uma “rede de apoio” aos EUA dentro do governo. Importa aqui relatar que, nesse momento, foi realizada uma intensa pressão sobre al-Sudani para impedir a candidatura de Nouri al-Maliki, xiita, a primeiro-ministro.

Após o afastamento de Savaya, tomou posse Tomas Barrack, o enviado de Trump para Líbano e Síria, com uma missão: enfraquecer as milícias pró-Irã e negociar com as facções para empossar um primeiro-ministro mais palatável aos EUA. Para cumprir sua “missão”, Barrack contava com uma poderosa alavanca de pressão: o controle pelos EUA sobre os fundos pelas exportações de petróleo iraquiano. Após a ocupação dos EUA, as receitas por exportações de hidrocarbonetos do país são depositadas no Banco da Reserva Federal de Nova York. 90% do orçamento do governo iraquiano provém desses fundos “administrados” pelos EUA. Quando se precisa de fundos, o governo iraquiano é obrigado a pedir transferência de fundos em dólares que são transportados em avião até o país. Note-se que inclusive a “escassez forçada” pode chegar a ser uma pode- ↑

→ rosa arma nas mãos dos EUA para condicionar as decisões do governo nacional. Essa mesma medida e os mesmos métodos são aplicados na Venezuela após o golpe militar de 3 de janeiro.

Restringindo o acesso aos dólares, Barrack finalmente impôs como candidato a Ali al-Zaidi, que hoje cumpre o mesmo papel dos títeres prepostos no governo sírio e libanês que servem de peões às movimentações do imperialismo-sionismo na preparação de um ataque generalizado contra o “Eixo da Resistência” e, especialmente, contra o Irã. É também com a chave na mão do fluxo dos fundos iraquianos, que Barrack poder ir tentando desmontar a herança de equilíbrios sectários e os contrapoderes tribais surgidos com a derrubada de Saddam Hussein. Isso demonstra que a desagregação da unidade nacional e as contínuas tendências separatistas servem ao controle das riquezas e das alavancas do estado pelo imperialismo. Sem dúvida, e há mais de 100 anos, os Curdos cumprem um papel nessa estratégia. Portanto, foram um dos grupos nacionais mais “favorecidos” pelos EUA.

Não é segredo que é desde seus territórios que os EUA tentam preparar uma força militar miliciana e jihadista para penetrar as fronteiras do Irã e criar uma “revolução colorida”. O deslocamento de presos do ISIS da Síria para o Iraque é uma manobra de “logística militar” para reunir as forças por procuração preparadas para “invadir” o Irã. Não é por acaso também que o Irã continua atacando as bases do curdistão iraquiano onde essas forças estão sendo agrupadas e armadas. Nesse quadro mais complexo é que se deve entender à ofensiva “anticorrupção” e os ataques contra as PMF como uma tentativa, de um lado, cortar as vias de financiamento pelas quais U\$ 3,6 bilhões de dólares para as PMF que, sendo integrada ao aparelho de segurança do estado, como consta na Constituição de 2016 pela Lei nº 40, se converteram em financiamento estatal e em salários para seus integrantes. Entre 2024 e 2026, empresas ligadas à IRGC e suas milícias adquiriram componentes para drones iranianos e inúmeras armas graças à participação das PMF

no orçamento do estado. E de outro lado, para cortar o fluxo de financiamento, armas e logística que atravessa também o curdistão iraquiano desde o Irã para o Hezbollah no Líbano.

Eis porque Trump mandou Barrack a empossar a Ali al-Zaidi e com a muleta de dinheiro para tentar bloquear essas “folhas de pagamento” que financiam seus inimigos e adversários no Iraque. Sob essa pressão já se dissolveram as milícias Asa’ib Ahl al-Haq e Kataib Imam Ali, que entregaram suas armas ao Estado. Mas, Kataib Hezbollah e o Harakat Hezbollah al-Nujaba (ligados à IRGC) recusaram-se. O ataque dos EUA-Arábia Saudita contra as PMF é parte desse xadrez geopolítico.

“ Os acontecimentos no Iraque são mais um elo de continuidade dos processos intervencionistas dos EUA na Síria e no Líbano, se apoiando ainda na divisão religiosa, sectária e tribal para fragmentar os países é que o imperialismo abre caminho a seu expansionismo.

Não passou de encenação a declaração de al-Zaidi de condenar protocolarmente os ataques. O certo é que sob as peças desse teatro político manipulado, os EUA empurram o país a servir de plataforma para travar uma guerra contra as forças do “Eixo da Resistência” que entravam os objetivos estadunidenses e de seus aliados, e aliás servem de primeiro anel de defesa ao Irã. Está aí a explicação de porque a situação atual no Iraque se assemelha à do Líbano e da Síria após a derrubada de Al-Hassad. A queda desse pela conjunção de interesses de Israel, EUA e Turquia destruiu uma barreira ao expansionismo imperialista e, ao mesmo tempo, enfraqueceu a resistência palestina e libanesa e permitiu cercar mais eficientemente o Irã. Comentamos aqui de passagem que houve partidos que se dizem defensores da Palestina e Hezbollah que festejaram a derrocada de Al-Assad como se fosse uma “revolução”. Não conseguiram entender o que estava por detrás e a quem representavam essas forças “revolucionárias”. E hoje calam-se perante o avanço do governo sírio preposto pelo imperialismo e seus aliados como mais um pilar no combate ao Hezbollah e isolamento da resistência palestina, favorecendo aos EUA-Israel.

Os acontecimentos no Iraque são mais um elo de continuidade dos processos intervencionistas dos EUA na Síria e no Líbano, se apoiando ainda na divisão religiosa, sectária e tribal para fragmentar os países é que o imperialismo abre caminho a seu expansionismo. O objetivo imediato é isolar a resistência árabe e persa à opressão nacional, opondo uma facção contra outra e, por cima das fronteiras nacionais, condicionar e manipular os governos prepostos ou serviçais. O método “Barrak” de pressão está intimamente ligado aos objetivos militares dos EUA e Israel. Por tanto, no Iraque se joga mais um capítulo do expansionismo das guerras de domi-

nação e opressão imperialistas sobre o Oriente Médio.

A soberania iraquiana que fora destruída pela invasão e posterior colonização militar do país pelos EUA e aliados somente será recuperada pela expulsão do imperialismo e de suas bases militares, portanto, com a derrubada do governo serviçal de al-Zaidi pelas massas em armas em defesa e luta pela sua autodeterminação nacional. Atualmente, as milícias pró-iranianas e os houthis cumprem um papel essencial nessa luta que não é outra que a luta pela libertação da opressão imperialista e sionista. Se o Iraque, Líbano e Síria são elos no avanço da colonização do Oriente Médio pelos EUA e Israel, somente com sua derrota militar e a luta anti-imperialista é que se abrirá uma via à autodeterminação.

Esse é o quadro em que os marxistas devem elaborar seu programa, desenvolver sua linha política e aplicar suas táticas revolucionárias. E isso significa que somente a classe operária (árabe e persa) pode cumprir a contento essa tarefa desde que organizada como direção política das massas na Frente Única Anti-imperialista (FUA) e combatendo a burguesia sob o programa da revolução e ditadura proletárias. ●

Damos continuidade no estudo sobre o objetivo e as consequências das medidas adotadas pelo governo cubano para enfrentar o cerco genocida dos EUA. No jornal anterior, mostramos como a ofensiva dos EUA abriu uma nova etapa em seu objetivo de destruir as conquistas da revolução cubana e qual o conteúdo das medidas econômicas tomadas pela burocracia castrista. No presente texto, demonstramos como a crise mundial de 2008

e a pandemia de 2019 se manifestaram na revolução isolada em um só país, quando o castrismo já dava passos firmes nas reformas capitalistas. 

1. "A atual conjuntura mundial e latino-americana favorece a ofensiva imperialista pela destruição da revolução cubana", O Internacionalista nº 41, páginas 31 e 32.

Encruzilhada cubana | Parte II

A PROGRESSIVA RESTAURAÇÃO CAPITALISTA FIRMA SUAS RAÍZES NA BUROCRATIZAÇÃO DO CASTRISMO E NO ISOLAMENTO DE CUBA E SUA SUBORDINAÇÃO AOS INTERESSES DA BUROCRACIA SOVIÉTICA

Segundo o presidente cubano, Díaz Canel, a população e o governo devem estar firmemente unidos em aplicar (o mais rápido possível) as medidas econômicas e o programa de restabelecimento das relações de propriedade privada aprovadas pela Assembleia Nacional do Poder Popular e o Comitê Executivo do Conselho de Ministros. Medidas essas que têm por base política e jurídica a Nova Constituição aprovada em 2019. Como principais pontos da reforma constitucional estão: **1)** recuperar a produção agrícola e de alimentos que registrou nas últimas décadas uma queda de 50% na produção; **2)** a ampliação da autonomia das "empresas estatais socialistas" e sua liberdade de assumir programas de produção, importação e exportação, relações trabalhistas e salariais além de financiamento próprios, impulsionando as Parcerias Público-Privadas (PPP); **3)** ampliar as autonomias das prefeituras para "estimular e administrar" investimentos estrangeiros diretos etc.

A "reforma constitucional" foi produto direto da desagregação econômica surgida na ilha e economia cubanas

após a dissolução da URSS. Logo depois da revolução, e cercada pelos EUA, a revolução cubana se viu forçada a sobreviver se integrando à órbita econômica e política controlada pela burocracia soviética e como "parceira estratégica" do COMECOM: um bloco comercial que reunia os países do Leste Europeu e a URSS, sob controle direto da burocracia moscovita, que proveu um amplo mercado às exportações de açúcar cubano e à atividade turística, principais fontes de divisas. Mas, também integrou Cuba a uma divisão do trabalho e um mercado sob controle da burocracia estalinista que acabou reforçando seu atraso técnico e industrial, a submetendo aos interesses econômicos e políticos do Kremlin. Eis porque com a dissolução da URSS, Cuba mergulhou em uma grave crise econômica ao ser fechado seu principal mercado e fonte de financiamento e importações a preços subsidiados.

Desde a década de 1990 até meados de 2000, Cuba sobrevive a duras penas graças ao aumento do turismo e à ajuda da Federação Russa. Na década de 2010, houve uma relativa estabilização graças à importação de petróleo a preços subsidiados desde Venezuela, após a vitória de Hugo Chávez. Contudo, anos mais tarde, deflagra a guerra econômica aberta dos EUA contra China e se reforça o bloqueio contra a Revolução. A guerra na Ucrânia e as sanções contra Rússia e, sobretudo, o sequestro de Maduro e consequente paralisação de envio de petróleo venezuelano para a ilha, produziram um choque brutal na economia e levaram a paralisia da vida econômica e dos serviços sociais em Cuba, que já ti-

nham sido severamente atingidas pelas consequências da crise mundial de 2008 e da Pandemia de 2019.

Foi nesse quadro histórico que se adotaram as primeiras medidas que, visando equacionar os estragos desses processos mundiais sobre a economia nacional, abririam um curso histórico de aplicação de medidas mais agressivas de restauração das relações de propriedade e de produção capitalistas. Um primeiro passo foi a imposição da moeda única e conversível aprovada em 10/12/2020: adotou-se o Peso Cubano-CUP como referência (24 pesos cubanos por 1 dólar), e eliminou-se da circulação o Peso Conversível-CUC (1 peso cubano por 1 dólar). A "dupla circulação" visava a proteger a economia e preservar as empresas estatais da concorrência em desvantagem com o mercado mundial. Além disso, anularam-se impostos sobre as transações financeiras (em dólares) e se rebaixaram os controles estatais sobre as importações e exportações de pequenas e medianas empresas privadas. Por essa via, o mercado ao varejo - exigência dos setores privados - foi tomando forma e se expandido, atingindo cada vez mais o monopólio da distribuição e do comércio das empresas de propriedade estatal e cooperativa.

Assim abriam-se as comportas às leis econômicas do capitalismo e, sobretudo, às leis da concorrência capitalista que se manifestariam via PPP's e as empresas estatais que ganhariam autonomia para fixar planos de produção, capitalização, salários, condições trabalhistas etc. Também seria progressivamente outorgada aos municípios uma 

FOLHETO

Choques entre Estados IMPERIALISTAS e OPERÁRIOS

Novembro de 2023

Adquirir com nossos militantes!

→ maior autonomia para fixar políticas fiscais próprias objetivando atrair investimentos estrangeiros diretos no comércio e turismo, que agora poderiam passar a oferecer seus produtos e serviços em “moeda livremente conversível”. Isto visando a estimular a “participação majoritária de capital estrangeiro” em todos os setores da economia, excetuando a extração de recursos naturais e prestação de serviços públicos que ficariam de responsabilidade exclusiva do governo. O governo estimularia essas mudanças retirando os subsídios estatais e permitindo que se abrissem “linhas de crédito” atadas aos “índices de produtividade” dos setores econômicos envolvidos nessas mudanças.

A Nova Constituição de 2009 criou finalmente as condições jurídicas e legais que fomentaram a “livre ação” de empresas estatais e municípios para atrair investimentos privados e reatar as relações de propriedade e produção privadas em sua área de competência econômica ou administrativa, ainda que sob controle fiscal e político do governo cubano sobre a fixação das metas produtivas, preços das mercadorias e salários diferenciados - incorporando a produtividade como método regulador desses. A partir desse momento, se inoculou objetivamente ao interior do operariado uma divisão marcada pela concorrência pelos empregos melhor pagos. Não é por acaso que a nova Constituição aprovou um novo “Código do Trabalho” que rompeu com 50 anos de existência de um salário fixado nacionalmente e com a obrigação de “pleno emprego”, uma vez que se permite às empresas estatais, PPP’s e privadas demitirem “sem justa causa” em função dos lucros.

O objetivo do governo foi reduzir o déficit fiscal e comercial e assim manter as importações de bens de alto valor agregado insubstituíveis e necessários à produção, aos serviços e ao consumo da população (transportes, produtos semielaborados industriais, maquinaria, ferramentas, matérias-primas, alimentos etc.), o que somente foi possível com a inestimável ajuda do governo nacionalista-burguês de Chávez. Não obstante, a crise mundial de 2008 e posteriormente a Pandemia do Covid-19 contraíram a economia cubana em -19%. A relativa liquidez financeira

até então mantida pela ajuda russa e venezuelana, foi pulverizada. A capitulação do chavismo após o golpe de 03 de janeiro deste ano, cortou de vez a ajuda venezuelana que, somado ao bloqueio genocida dos EUA, empurrou o castrismo pela via da restauração capitalista. As condições de Cuba resistir, suas consequências entre a população e as empresas estatais se reduziram absolutamente. O aumento dos preços internacionais, a redução do valor de compra dos salários nacionais, a queda na produção agrícola, a escassíssima ajuda russa e a perda do petróleo venezuelano colocam Cuba a sobreviver por aparelhos e da ajuda humanitária.

Depois de longas décadas de resistir o cerco imperialista, a revolução cubana isolada é hoje afogada, milhões de cubanos são afundados na absoluta carestia e miséria e se lhes submete a um genocídio aplicado por meios econômicos. Se anteriormente a burocracia castro-estalinista vinha manobrando com a aplicação gradual e controlada da restauração capitalista, visando preservar seu controle sobre setores estatais dos quais parasita, os efeitos da crise capitalista e da pandemia, junto ao recuo criminoso da Rússia, desferiram um golpe mortal nessas pretensões.

A propriedade privada se recom põe enquanto a estatal decompõe e sobre essa base é que a burguesia e seus agentes internos se fortalecerão e entrarão em choque violento contra as conquistas revolucionárias, sobretudo, a propriedade estatizada e o regime de partido único do PCC. Na medida em que a base econômica de seu poder de casta (a propriedade estatizada) se destrua, ela mesma cava seu túmulo e abre caminho à ascensão de partidos e agentes burgueses em seu seio. Sobre a base social dos empresários privados que começam a vingar e fortalecer na ilha, se apoiarão os grandes monopolistas e o capital financeiro internacional. A diferença da China e do Vietnã (do qual o castrismo tenta copiar as medidas restauracionistas) o atraso econômico de Cuba e sua situação desesperada e atual fraqueza lhe impedem usufruir da limitada restauração capitalista para fortalecer a propriedade estatizada, a planificação econômica e o monopólio do comércio exterior. Medidas restauracionistas semelhan-

tes foram aplicadas no Leste Europeu e levaram à restauração do capitalismo e de suas chagas e barbáries.

Com limitada população, geografia desfavorável para resistir bloqueios prolongados, o avanço da ultradireita na América Latina, a capitulação chavista, limitadas forças produtivas e uma constante pressão da fome e carestias entre as massas cubanas, a Cuba lhe aguarda o mesmo destino se não houver uma mudança na correlação de forças favorável às massas exploradas mundiais. É só como elas a revolução cubana pode contar! Adotando a teoria contrarrevolucionária do “socialismo em um só país”, foi o castrismo que criou as condições para que, hoje, a crise favoreça à burguesia mundial em sua ofensiva contrarrevolucionária. A burocratização estalinista massacrou a vanguarda revolucionária e submeteu países e processos revolucionários a servirem de moeda de troca em sua acomodação com o imperialismo. Eis porque a classe operária cubana e também latino-americana estão convocadas a enfrentar e combater o imperialismo e dar uma sobrevida à Revolução cubana reerguendo e retomando os métodos do internacionalismo proletário e da revolução social.

A defesa da propriedade e economia estatizadas somente pode ser feita combatendo à burocracia castrista sob programa da Revolução Política e desenvolvendo a luta de classes revolucionárias em toda América Latina pela expulsão do imperialismo e derrocada das burguesias. Somente assim se poderão preservar as conquistas revolucionárias e as estender para todo o continente com a luta revolucionária do proletariado sob direção de uma direção revolucionária. Mas, isso não significa não estar disposto a combater junto da burocracia castrista se essa decide resistir em armas junto das massas cubanas em defesa da soberania nacional e o direito a decidirem seus destinos por si mesmos. A tática de unidade conjuntural junto do castrismo nessas circunstâncias, abrirá uma via para que a vanguarda possa penetrar com seu programa e estratégia junto das massas cubanas, mas também latino-americanas as convocando a lutar contra o imperialismo sob uma Frente Única Anti-imperialista (FUA). ●



Dezenas de milhares de imigrantes marroquinos invadem Ceuta

Como as necessidades das massas e os conflitos de interesses burgueses convergiram na crise em Ceuta

Como se se tratasse de uma cena ensaiada, 60 mil imigrantes marroquinos invadiram a região de Ceuta, enclave colonial de Espanha no norte da África, com cerca de 85 mil habitantes. Melilla, a centenas de quilômetros de Ceuta sobre o Mar Mediterrâneo, é a outra “porta de entrada” para Europa pela Espanha. Após entrarem em Ceuta, contabilizaram-se cerca de 67 mortos (entre os que pereceram no mar e aqueles que morreram após sua chegada). O governo espanhol militarizou a região e, após garantir um acordo com Marrocos para o retorno de 40 mil imigrantes, caça aqueles imigrantes que ainda se resistem a retornar a seu país, os procurando por cada metro quadrado da cidade espanhola.

São recorrentes as notícias de imigrantes que tentam chegar até o coração da Europa a procura de melhores condições de vida e trabalho. O objetivo é chegar

até território europeu para, uma vez ali, exigir dos governos garantir-lhes abrigo ou permanência. Ainda ficando em “campos de acolhida” (nos fatos, verdadeiros campos de concentração), o objetivo dos imigrantes é chegar a território de um membro da União Europeia e ali aguardar de forma irregular até serem aceitos.

Após a onda migratória, explodiram manifestações anti-imigrantes em Ceuta e por toda Espanha. A direita europeia e espanhola aproveita das trágicas circunstâncias para exigirem o fechamento das fronteiras. Países do bloco europeu como Itália, Dinamarca e Alemanha impulsionam se aprove um fechamento do espaço Schengen (acordo de migração interna europeia) com Espanha. A crise é aproveitada para dissolver laços de assistência recíproca devida entre os estados membros da União Europeia (EU). O Ministro do Interior espanhol, Fernando Grande-Marlaska, acusou os países que propõem “desligar” o país dos direitos e deveres recíprocos de “má-fé ou ignorância”.

Não é a primeira vez (nem será a última) que a crise dos imigrantes acaba erodindo as relações políticas e diplomáticas no bloco europeu. Mas, diferente-

mente de outros momentos, parece que será a primeira vez que ao invés de procurar uma solução comum, se aplica a lei de “cada um por si mesmo”. Lembremos ainda que os fluxos migratórios não acontecem no vácuo ou apenas impulsionados pelas tragédias ou necessidades dos forçados a emigrar de seus países. Acontecem e acirram as contradições e conflitos internos em que se afundam os países diante do quadro de avanço da crise econômica e do peso da manutenção de imigrantes às custas dos orçamentos públicos, enquanto os benefícios sociais e direitos sofrem profundos ataques agravando as condições de vida direito das massas nacionais. O que acaba impulsionando o chauvinismo e xenofobia.

Em junho, em Belfast, na Irlanda, houve manifestações contra imigrantes, ataques a residências e depredação de bens de famílias de imigrantes após um ataque de um refugiado sudanês contra um irlandês. Na Inglaterra aconteceram massivas manifestações chauvinistas contra a imigração, muçulmana fundamentalmente. Na África do Sul, deflagrou um movimento contra a imigração de Moçambique, Somália, Maláui e Zimbábue sob o

nome de “March and March” (Marchar e Marchar), e nos quais morreram vários imigrantes, comércios e moradias foram destruídas e 50 mil foram expulsos.

Os movimentos reacionários sem dúvida firmam suas raízes nas precárias e miseráveis condições de vida das massas nacionais. Como já assinalamos no jornal OI 41 (“*Grupos paramilitares e partidos políticos da África do Sul ameaçam imigrantes africanos em um movimento reacionário de racismo e xenofobia*”) “os movimentos anti-imigração têm ganhado força na Europa, impulsionados pela ascensão de partidos de extrema-direita, bem como por outras tensões sociais”. Há uma ofensiva das burguesias europeias para fecharem as fronteiras de seus países e “leis migratórias que facilitam deportações e endurecem o controle de fronteiras”. Como se vê, antes da crise de Ceuta, já estava organizada uma arquitetura política e legal que dissolve as garantias mútuas entre estados e a proteção dos imigrantes.

Não obstante, há por trás desses fenômenos forças burguesas que trabalham para aproveitar a desgraça dos imigrantes para fins políticos. No caso da Europa, Irlanda e Espanha são países

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia

EM DEFESA

DAS CONQUISTAS

DA REVOLUÇÃO

PROLETÁRIA

e da Revolução Política como parte da Revolução Mundial Socialista

Adquira com nossos militantes!

As condições que impulsionam a migração residem nas bases objetivas da economia capitalista em ruínas (desemprego, deslocamento forçado por guerras, perseguições, genocídios etc.) e suas tendências de barbárie social. Guerras e miséria alavancam a imigração de gigantescas massas humanas à procura de melhores condições de vida fora da miséria e pobreza de seus países para tentar chegar na Europa. Mas, seria um desserviço à análise mais geral dos conflitos mundiais não ter em conta que sobre as movimentações das massas empobrecidas agem os interesses burgueses.

→ cujos governos denunciaram o genocídio palestino e tem posturas críticas quanto aos EUA. Na Espanha, se negou que se usassem as bases dos EUA e se denegou o acesso a seu espaço aéreo para atacar o Irã. Soma-se a isso que o governo espanhol se nega a aumentar os gastos de defesa para a OTAN.

Soube-se que as forças de segurança marroquinas garantiram o deslocamento de milhares de marroquinos para as fronteiras espanholas. Antes do fato, rolou pela internet uma série de

mensagens apócrifas nas quais se indicava que quem chegasse a Ceuta por mar não poderia ser deportado. Não é segredo também que a monarquia marroquina é aliada estreita de Israel, e recentemente o governo de Trump, pela boca do traficante Marco Rubio, afirmou que Ceuta e Melilla não são territórios espanhóis e sim marroquinos. Michael Rubin, ex-conselheiro do governo estadunidense durante a guerra contra o Iraque, publicou em 16 de março, um artigo em que incitava civis do Marrocos a marchar sobre Ceuta e Melilla e ali erguer a bandeira marroquina. Se confirmadas essas manobras orquestradas pelos sionistas e estadunidenses, seria possível avaliar como provável a utilização do desespero dos famintos para servir de peões em um jogo geopolítico que se decide por cima de suas necessidades mais imediatas.

As condições que impulsionam a migração residem nas bases objetivas da economia capitalista em ruínas (desemprego, deslocamento forçado por guerras, perseguições, genocídios etc.) e suas tendências de barbárie social. Guerras e miséria alavancam a imigração de gigantescas massas humanas à procura de melhores condições de vida fora da miséria e pobreza de seus países para tentar chegar na Europa. Mas, seria um desserviço à análise mais geral dos conflitos mundiais não ter em conta que sobre as movimentações das massas empobrecidas agem os interesses burgueses. O rei marroquino Mohamed VI recorrentemente tem recorrido a “criar” deslocamento de imigrantes sobre Espanha para negociar determinadas concessões, sejam eco-

nômicas ou políticas. Nos últimos meses têm crescido os atritos entre Marrocos e Espanha pela aproximação deste país à Argélia, um rival de Marrocos à hora de captar investimentos e acordos econômicos. Também se movimentam contra a Espanha, EUA e Israel. Lembremos ainda a imigração dos judeus para Palestina impulsionada por forças burguesas que, se aproveitando do holocausto e das discriminações contra a população judia, forçaram um novo reparto de territórios visando criar as condições históricas e geopolíticas favoráveis aos interesses imperialistas.

Isto não significa desprezar ou negligenciar a base econômica como elemento determinante do fenômeno migratório. De fato, tanto a projeção de tendências fascistas e chauvinistas entre a população da Europa como a política reacionária de seus governos respondem a essas condicionantes materiais objetivas. Mas, é também sobre essa base objetiva que manobra e operam as frações da burguesia mundial que, ausente a direção revolucionária, utilizam tantos dos imigrantes quanto do desespero e queda das condições de existência das massas europeias para impulsionar o chauvinismo e as tendências fascistas entre setores do proletariado e da pequena burguesia arruinada.

O que importa é que qualquer seja o motivo e as forças que operam por trás do desespero das massas empobrecidas, tanto imigrantes quanto dos países europeus, a burguesia é incapaz de garantir o livre direito à imigração e aos choques entre as massas das nações oprimidas que se deslocam

com as massas nacionais dos países em que esses deslocamentos acontecem. Ao direito à livre circulação de capitais se lhe opõe a restrição à livre circulação da força de trabalho, e quando essa sucede é a burguesia que delimita e condiciona esse deslocamento ao serviço de rebaixar salários e impor condições de trabalho pioradas de forma geral, incentivando a concorrência fratricida entre assalariados pelos empregos.

É extinguindo as bases materiais objetivas que impulsionam essa barbárie: a propriedade privada monopolista e estatizando as economias nacionais, e avançando à revolução mundial visando erguer no continente os Estados Unidos Socialistas da Europa, que se inicia o percurso histórico que garantirá o livre deslocamento dos assalariados rebaixando as fronteiras nacionais e harmonizando as forças produtivas continentais. Imediatamente, se trata de defender o direito dos imigrantes a se deslocarem e residir em qualquer país de sua escolha, organizando para isso nos sindicatos e organizações de massas frentes de luta para combater (junto daqueles) a repressão e os partidos, governos e movimentos fascistas, sob um programa comum de reivindicações. Nesse sentido, deve-se denunciar a instrumentalização do desespero das massas pelas burguesias que as exploram e oprimem. O inimigo principal dos explorados e oprimidos imigrantes são os governos burgueses e as frações capitalistas, não as massas assalariadas e oprimidas dos países aos que migram pela força, pela miséria e pelo desespero. ●

ABELARDO DE LA ESPRIELLA VENCE EM SEGUNDO TURNO DE ELEIÇÃO MARCADA POR CLARA INTERFERÊNCIA IMPERIALISTA NORTE-AMERICANA.

No dia 07/08, sexta-feira, Abelardo De la Espriella tomou posse como presidente da Colômbia, na cidade de Cali. Após pouco mais de um mês de um segundo turno extremamente contestado, com fortes indícios de fraude (servidores de processamento de dados não registrados, criação de novas seções eleitorais unicamente para o segundo turno, formulários de verificação removidos, supostos registros de votos de pessoas já falecidas e de menores de idade, etc), o candidato serviçal do imperialismo norte-americano promete combater o “crime organizado e às guerrilhas”, cortes de gastos sociais e submissão total aos EUA e retomar uma aliança mais estreita com Israel

No Internacionalista n°40, ao analisarmos a questão da segurança pública, violência e narcotráfico, dissemos que “ao analisar o discurso político do candidato pró-imperialista de oposição [De la Espriella], é nítido que sua principal proposta é relacionada ao tema da segurança pública, no sentido de construir enormes prisões e encarcerar enormes quantidades de pessoas, ao estilo de Bukele, presidente de El Salvador. O que estaria de

acordo com a política terrorista e militarista da direita e ultradireita. Daí que a permanência dos conflitos é instrumental aos objetivos dessas forças reacionárias.”

Está claro que não há nenhum interesse por parte do novo governo, nem por parte do imperialismo, de por fim ao narcotráfico, uma vez que “O tráfico é parte da produção e da reprodução do capital. O tráfico foi e ainda é usado pela burguesia local e pelo imperialismo como maneira de controle econômico e político das massas, especialmente dos países atrasados e semicoloniais. O crime organizado é menos um corpo estranho, separado da reprodução da lógica do capital em seu período imperialista, mas está absorvido em suas engrenagens ao prover de uma fonte adicional de capital-dinheiro que via bancos e fundos de investimento são “legalizados” e constituem uma quota parte dos investimentos gerais em outras áreas, mesmo existindo contradições entre as distintas frações das burguesias.”

Por outro lado, é de relevância compreender esta eleição dentro de seu contexto regional. O imperialismo norte-americano, à

medida em que seu apodrecimento se dá de forma cada vez mais acelerada, necessita imperativamente da submissão total dos governos dos países localizados em sua zona de influência direta, a América Latina (pag 20). Isso se dá tanto no sentido de afastar a China de fazer acordos comerciais e investimentos nos países da região, recuperando parte de sua hegemonia econômica perdida e garantindo a continuidade de sua hegemonia política, quanto no sentido de salvaguardar a transferência de mais-valia da exploração dos países da região e os estoques de recursos necessários na disputa contra a própria China, outros Estados Operários Degenerados e quaisquer outros países que se choquem sua política. Com a eleição de Kast no Chile, de Fujimori no Peru, de Paz na Bolívia, da capitulação chavista na Venezuela e agora de De la Espriella na Colômbia - país historicamente alinhado aos EUA - temos o cenário ideal para a consolidação dos interesses yankees.

O que se pode esperar nos próximos anos é o re-crecimento da perseguição a grupos políticos e partidos que se choquem de alguma maneira com o

imperialismo e o aprofundamento da direitização dos partidos da esquerda burguesa e pequeno-burguesa, no sentido de “conformar-se” com os interesses norte-americanos, que vão demandar cada vez mais e mais. A mesma democracia burguesa, que levou o reformismo pela primeira vez à presidência da Colômbia, também é responsável por colocar no poder uma figura representante de interesses antagônicos aos das massas. Por isso estas não podem confiar nas ilusões na “justeza” da democracia burguesa para conquistar suas reivindicações, e sim na luta de classes. A experiência fracassada dos governos nacionalistas-burgueses e reformistas em mudar a correlação de forças entre as classes pela via da democracia burguesa indicia que nunca será pela via eleitoral e institucional que as massas avançarão a sua independência de classe. Por isso, a única maneira que as massas têm de derrotar a narcoburguesia e o imperialismo putrefato na Colômbia é com seu próprio programa, é através da revolução, guiada por uma direção em posse desse programa, canalizando os instintos de revolta das massas não para uma eleição, mas para a derrubada das próprias instituições burguesas e de seu Estado. ●

